



PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 006/2022

PREGÃO ELETRÔNICO - SRP N.º 001/2022

BB: 916942

REGÊNCIA LEGAL		
Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores; Decreto 8.538 de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, e as exigências estabelecidas neste Edital.		
INTERESSADO		
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORPARÁ-BAHIA		
NÚMERO DE ORDEM	PROCESSO ADMINISTRATIVO	
PREGÃO ELETRONICO - SRP N° 001/2022	N° 006/2022	
OBJETO DA LICITAÇÃO		
Constitui o objeto da presente licitação, o Registro de preços para eventual e futuro fornecimento de equipamentos hospitalares, odontológicos, móveis e eletrodomésticos diversos, a fim de atender as demandas do Fundo Municipal de Saúde, deste Município de Morpará-Bahia.		
TIPO DE LICITAÇÃO	<input type="checkbox"/> POR ITEM	UNIDADES INTERESSADAS
	<input checked="" type="checkbox"/> POR LOTE	
	<input type="checkbox"/> GLOBAL	
REGIME DE EXECUÇÃO	PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO	
Parcelado	12 meses	
SITE DE ACESSO AO EDITAL		
www.licitacoes-e.com.br e www.morpara.ba.gov.br		
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS - DATA - HORA – ABERTURA - INICÍO DA SESSÃO		
ABERTURA DAS PROPOSTAS	20/01/2022 às 14h:00min horário de Brasília(DF)	
INICIO DA SESSÃO PÚBLICA	20/01/2022 às 14h:30min horário de Brasília(DF)	
MODO DE DISPUTA:	Aberto e Fechado	



PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 006/2022

PREGÃO ELETRÔNICO-SRP N.º 001/2022

O MUNICÍPIO DE MORPARÁ, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecido na Avenida Rui Barbosa nº. 420, Centro, em Morpará-BA, CEP 47580-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº. 13.798.574/0001-07, torna público, para conhecimento dos interessados, através do Pregoeiro designado pelo Decreto Municipal nº 061/2021, de 14 de janeiro de 2021, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR LOTE, com amparo na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores, Decreto 8.538 de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, e demais legislações pertinentes, onde serão recebidas propostas de preços e documentos de habilitação para a licitação na modalidade acima descrita e, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e anexos.

ACOLHIMENTO, ABERTURA DE PROPOSTAS E FASE DE LANCES	
Esta licitação, sob a modalidade de Pregão Eletrônico do tipo Menor Preço Por Lote , conforme disposto no artigo 4º, inciso X da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, será realizada em sessão pública on line , através do endereço eletrônico licitacoes-e.com.br , de acordo condições neste Edital, conforme datas e horários abaixo indicados.	
ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: de 18/01/2022 às 08h00min até as 14h00min do dia 20/01/2022 exclusivamente por meio eletrônico, através do site licitacoes-e.com.br , após prévio credenciamento.	
ABERTURA DAS PROPOSTAS	20/01/2022 às 14h:00min horário de Brasília(DF)
INICIO DA FASE DE LANCES	20/01/2022 às 14h:30min horário de Brasília(DF)
MODO DE DISPUTA	Aberto e Fechado

1. DO OBJETO

1.1. Constitui o objeto da presente licitação, o Registro de preços para eventual e futuro fornecimento de equipamentos hospitalares, odontológicos, móveis e eletrodomésticos diversos, a fim de atender as demandas do Fundo Municipal de Saúde, deste Município de Morpará-Bahia.

1.2. A licitação será realizada por MENOR PREÇO POR LOTE, conforme tabela constante do Termo de Referência-ANEXO I, que integra este Edital, para todos os fins e efeitos, e seus anexos.

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Serão admitidos a participar desta licitação os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste instrumento e nos seus anexos e que tenham realizado seu credenciamento como usuário junto ao Banco do Brasil, para a obtenção de chave de identificação e senha individual.

2.2. Poderão participar deste Pregão, os interessados que tenham ramo de atividade compatível com o objeto licitado e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação e requisitos mínimos de classificação das



propostas, constante deste Edital e seus Anexos.

2.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, e demais mencionadas na Lei Complementar nº 123/2006, e para o Micro-empendedor Individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.4. Regras acerca da participação de matriz e filial:

a) Se a licitante for a matriz, todos os documentos devem estar em nome da matriz.

b) Se a licitante for filial, todos os documentos devem estar em nome da filial, exceto aqueles que a legislação permita ou exija a emissão apenas em nome da matriz.

c) Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

2.6. Não poderão participar desta licitação:

a) proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente.

b) que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

c) estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

d) que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

e) que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

2.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar 123/06, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

(a) – de cujo capital participe outra empresa jurídica;

(b) – que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

(c) – de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que recena tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

(d) – constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

(e) – que participe do capital de outra pessoa jurídica;

(f) – que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimentos, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

(g) – resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendários anteriores;

(h) – constituída sob forma de sociedade por ações;



(i) – cujo titulares ou sócios guardem, cumulativamente com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

2.8 DO CREDENCIAMENTO:

2.8.1 Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO”.

2.8.2 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

2.8.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica;

2.8.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.9 REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

2.9.1. - O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial as seguintes atribuições:

2.9.2. Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio,

2.9.3. Responder as questões formuladas pelos licitantes, relativas ao certame,

2.9.4. Abrir proposta de preços,

2.9.5. Analisar a aceitabilidade das propostas,

2.9.6. Desclassificar propostas indicando seus motivos,

2.9.7. Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço,

2.9.8. Verificar a Habilitação do licitante classificado em primeiro lugar e declarar o vencedor,

2.9.9. Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos,

2.9.10. Elaborar a ata de sessão com auxílio eletrônico,

2.9.11. Encaminhar o processo a Autoridade Competente para homologar,

3. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRONICO

3.1. Para participar da licitação, a Empresa deve efetuar seu CREDENCIAMENTO junto ao provedor do sistema que implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.1.1. A licitação ocorrerá exclusivamente por meio eletrônico, através do site www.licitacoes-e.com.br após prévio credenciamento.

3.2. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda



que por terceiros.

3.3. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

3.4. O licitante é responsável pelo ônus decorrentes da perda de negócio, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Pregoeiro ou pelo sistema, ainda que ocorra sua desconexão.

3.5. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.5.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.5.2. Assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito da licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte.

3.5.3. Independente dos termos firmados no sistema eletrônico do pregão, é imprescindível que o licitante arrematante apresente todas as declarações exigidas no edital sob pena de desclassificação/inabilitação.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado, o preço e a marca ofertada, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.1.1. Os documentos de habilitação e proposta de preço deverão ser anexados diretamente no sistema do licitantes e, sendo VEDADO a utilização de link que direcione aos documentos e proposta de preço alocados em outro sistema ou site. A empresa que se utilizar dessa manobra será DESCLASSIFICADA.

4.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.2.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

4.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

4.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de disputa de lances, negociação e julgamento da proposta.

4.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão



disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento da fase de disputa de lances.

4.8. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor ao contrato.

4.9. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, frete e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

4.10. A partir do horário previsto no PREÂMBULO para início da sessão pública do Pregão Eletrônico para contratação, terá lugar a divulgação das propostas de preços recebidas e em perfeita consonância com as especificações e condições estabelecidas no edital, as quais serão classificadas para a etapa de lances.

4.11. Serão consideradas irregulares e desclassificadas de logo as propostas que não contiverem informação que permita a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto proposto; contiverem emenda, rasura ou entrelinha, de forma a não permitir a sua compreensão; apresentarem o prazo de validade da proposta inferior ao estabelecido; apresentarem prazo de entrega ou de execução superior ao estabelecido; apresentarem prazo de garantia inferior ao estabelecido.

4.12. Iniciada a sessão pública do Pregão Eletrônico para futura contratação, não cabe desistência da proposta.

4.15. Havendo interrupção da sessão do pregão, os licitantes deverão ser notificados com antecedência via chat, do dia e hora em que a sessão terá continuidade, a qual deverá ser retomada num prazo mínimo de 24hs após a notificação.

5. DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

5.1.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.1.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.1.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.2.1. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos estabelecidas no edital.

5.2.2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.3. O sistema eletrônico rejeitará automaticamente os lances em valores superiores aos anteriormente apresentados pelo mesmo licitante.

5.3.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor do lote.

5.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 50,00 (cinquenta reais)**.

5.3.3. Não serão registrados, para o mesmo item, 02 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que



for recebido e registrado primeiro.

5.3.4. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a cinco (05) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 05 (cinco) segundos.

5.4. Será adotado para o envio de lances no Pregão Eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e fechados.

5.5. A etapa de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos e, após isso, será aberto o tempo aleatório.

5.6. Encerrado o prazo previsto descrito no item 5.5, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

5.7. Encerrado o prazo de que trata o item 5.6, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.8. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item 5.7, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

5.9. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 5.5, 5.6 e 5.7, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

5.10. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos 5.9, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no item 5.7.

5.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

5.13. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira oferta quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

5.13.1. Serão desclassificadas as propostas que consignem preços manifestamente inexequíveis, assim consideradas, aquelas que apresentem preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, ou possa comprovar sua viabilidade.

5.14. Havendo apenas uma oferta, esta poderá ser aceita, desde que atenda todas as condições deste Edital e seu preço seja compatível com o valor estimado para a contratação e dentro da realidade do mercado.

5.15. O PREGOEIRO anunciará, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após a negociação e decisão acerca da aceitação do lance de menor valor, a proposta que, em



consonância com as especificações contidas neste edital, apresentou o menor preço.

5.16. Em caso de empate, real ou ficto, será assegurada, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei complementar nº 123/06, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte beneficiárias do regime diferenciado e favorecido, nos termos que se seguem:

5.16.1. Entendem-se por empate ficto as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, e empate real as que sejam iguais.

5.16.2. Em qualquer das hipóteses de empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela de menor valor, exequível, considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

5.16.3. Nesta hipótese, o direito a ofertar proposta de preço inferior deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

5.16.4. Se a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada não exercer o direito, ou se sua oferta não for aceita, ou se for inabilitada, será concedido idêntico direito à microempresa ou empresa de pequeno porte subsequente em situação de empate, se houver, na ordem classificatória, até a apuração de uma proposta que atenda às condições estabelecidas neste edital.

5.16.5. O disposto neste item 5.16 somente se aplica quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.16.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte e demais mencionadas na Lei Complementar nº 123/2006 que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.17. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.18. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma com a devida antecedência.

5.19. O PREGOEIRO poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

5.19.1. O prazo de resposta da contraproposta é de até 02 (duas) horas, devendo a empresas acompanhar diariamente o chat de mensagem, sob pena de desclassificação.

5.20. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

5.21. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22. Nos itens não exclusivos a microempresas, empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o



caso.

6. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta devidamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.2. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até 02 (duas horas), sob pena de não aceitação da proposta.

6.2.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

6.2.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

6.3. O licitante que não apresentar o documento comprobatório, ou cujo produto não atender aos regulamentos técnicos pertinentes e normas técnicas brasileiras aplicáveis, não poderá usufruir da aplicação da margem de preferência, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

6.3.1. Nessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

6.3.2. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.4. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat”, com a devida antecedência, a nova data e horário para a sua continuidade.

6.5. A proposta escrita readequada deverá contemplar a planilha, com os respectivos valores readequados ao valor ofertado e registrado de menor lance. (ANEXO II), a qual deverá ser inserida no sistema em até 02 (duas) horas da solicitação do Pregoeiro (esse prazo será contado a partir da declaração de aceitabilidade da proposta após a fase de disputa).

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação.

7.2. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

7.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual.

b) Ato constitutivo, estatuto social publicado de acordo com a Lei Federal nº 6.404/76 ou contrato social em vigor e alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.



ou

- c) Comprovante de Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de Diretoria em exercício.
- d) Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- e) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.4. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
- b) Prova de regularidade com as Fazendas: Federal (conjunta com a Dívida ativa da União e INSS), Estadual e Municipal da sede da licitante.
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação/CRF.
- d) Prova de regularidade com a Justiça Trabalhista, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em conformidade com a Lei Federal nº 12.440/2011.

7.4.1. Para efeito da validade das certidões de regularidade fiscal, se outro prazo não constar da lei ou do próprio documento, será considerado o lapso de 30 (trinta) dias entre a data de sua expedição e a data da realização da licitação.

7.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante válida à data do certame. Caso o documento não consigne prazo de validade, será considerada válida a certidão com data de expedição ou revalidação dos últimos 30 (trinta) dias anteriores à data da realização da licitação.
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.
- d) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.
- e) A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$



Ativo Circulante

LC= _____

Passivo Circulante

f) As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente conforme dispõe o artigo 31 § 2º da Lei 8.666/93 .

7.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

7.6.1 Qualificação Técnica será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Apresentação de atestado(s) de Capacidade Técnica que comprove(m) a aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento satisfatório dos produtos ou serviços objeto desta licitação.

Observações:

1. O(s) documento(s) apresentado(s) por meio de publicação no Diário Oficial deve(m), preferencialmente, destacar, com marca-texto, o(s) produto(s) cotado(s).
2. Os registros ou publicações no DOU deve(m), preferencialmente, ser identificados com o número do item/lote a que se referem, a fim de facilitar o julgamento das Propostas de Preços.

7.7. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

a) Ocorrendo casos em que o representante figura como sócio da empresa licitante, porém, sem poderes para representação da mesma ou se o representante não figura como sócio da empresa, deverá apresentar Procuração Pública com poderes para representação ou; Procuração Particular com firma reconhecida em Cartório, específica para esta representação conforme minuta constante no ANEXO III do presente Edital, assinada pelo sócio da empresa que detenha poderes de representação da mesma.

b) Declaração referente à habilitação (em atendimento ao inciso VII do art. 4º da lei nº 10.520/2002) – pleno conhecimento, conforme (ANEXO IV).

c) Declaração assinada pelo licitante ou representante legal deste, devidamente identificado, de cumprimento do disposto no Inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme (ANEXO V).

d) Declaração assinada pelo licitante ou representante legal deste, devidamente identificado, de que o licitante não se encontra suspenso de licitar ou impedido de contratar com qualquer entidade integrante da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, direta ou indireta, conforme (ANEXO VI).

e) Declaração para microempresas e empresas de pequeno porte (ANEXO VII).

7.8. A licitante deverá apresentar todos os anexos deste edital, o não cumprimento acarretará inabilitação da licitante.

7.9. Os documentos deverão, preferencialmente, ser apresentados ordenadamente, numerados seqüencialmente



por item da habilitação, de modo a facilitar sua análise.

7.10. A apresentação de declaração falsa pelo licitante acarretará a aplicação das penalidades da Lei.

7.11. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado à microempresa e empresa de pequeno porte que comprovar a sua condição para o caso, na fase de credenciamento, e, que for declarado o vencedor do certame, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, visando a sua habilitação no certame.

7.11.1. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.12. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” com antecedência, a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.13. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos no edital ou pelo pregoeiro, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

7.14. O licitante provisoriamente vencedor em um item ou lote, que estiver concorrendo em outro item ou lote, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item ou lote em que venceu às do item ou lote em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

7.15. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, será agendado com 24hs de antecedência a data e horário para a declaração de vencedora via sistema.

7.16. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até 02 (duas horas).

8. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. A proposta final do licitante arrematante deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do pregoeiro, via sistema eletrônico e deverá:

8.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo representante legal.

8.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

8.1.3. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

8.1.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

8.2. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

8.2.1 Ocorrendo divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.



8.3. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

8.4. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

8.5. Após declarada vencedora, ou após decididos os recursos, conforme o caso, a licitante deverá encaminhar os documentos de habilitação impressos (autenticados ou em cópia simples acompanhada da via original para devida autenticação por servidor) para a sede da Prefeitura de Morpará no endereço constante no preâmbulo deste edital num prazo de 48hs, para a homologação do certame.

9. DECLARAÇÃO DE VENCEDOR E RECURSOS

9.1. Após análise da documentação de habilitação e proposta de preços e constatado que o proponente da melhor oferta aceitável atende às exigências fixadas no edital, inclusive, deverá o PREGOEIRO comunicar via sistema (chat de mensagem) data e hora que será declarado o licitante vencedor de cada lote, num prazo mínimo de 24hs da inserção da mensagem no chat.

9.2. A declaração de vencedor do certame será previamente comunicada no sistema eletrônico.

9.3. Declarado o vencedor, ao final da sessão, qualquer licitante poderá manifestar, motivadamente, no prazo de até 10 (dez) minutos, a intenção de recorrer da decisão do Pregoeiro, observadas as seguintes normas:

9.3.1. Deverá ser registrada a síntese das razões do recorrente em ata, sendo que a falta de manifestação imediata e motivada importará na decadência do direito de recurso e, conseqüentemente, na adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

9.3.2. Manifestada a intenção de recorrer, por qualquer dos licitantes, será concedido o prazo de três dias úteis, para a apresentação das razões do recurso. Os demais licitantes se quiserem apresentar contra-razões, deverão considerar igual prazo, cuja contagem terá início no primeiro dia útil subsequente ao do término do prazo do recorrente.

9.3.3. Após o exame, a instrução e o encaminhamento dos recursos, no prazo da Lei a Autoridade Superior do órgão promotor do pregão deverá decidir o recurso, também conforme prazo de Lei.

9.3.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.4. Estando classificadas e habilitadas microempresas ou empresas de pequeno porte, beneficiárias do regime diferenciado da Lei Complementar nº 123/06, cuja habilitação foi procedida com a ressalva de existência de restrição fiscal, deverá ser feita prova da efetiva regularização da documentação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá à data em que declarado o vencedor, prorrogável, por igual período, a critério da Administração Pública.

9.5. Não restando comprovada a satisfação da regularidade fiscal, a licitante será declarada inabilitada, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente.

9.6. O PREGOEIRO poderá, a qualquer tempo, negociar com o proponente da melhor oferta aceitável, visando obter preço menor.

9.7. Os atos essenciais do Pregão Eletrônico serão documentados no processo respectivo, com vistas à aferição de sua regularidade pelos agentes de controle, nos termos da legislação pertinente.



10. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1. O PREGOEIRO adjudicará o objeto da licitação, para posterior homologação do resultado pela Autoridade Superior.

10.2. Caso tenha havido recursos, após decididos estes e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Superior adjudicará o objeto licitado, homologando, em seguida, o procedimento licitatório.

10.3. A homologação e a adjudicação do objeto desta licitação não implicará direito à contratação.

11 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

11.1. Homologada a licitação o adjudicatário será convocado para assinar a **ATA DE REGISTRO DE PREÇO** no prazo de até 05 dias, a partir da data da homologação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 8.666/93 e 10.520/02.

11.1.1. A Ata de Registro de Preços será formalizada, com observância das disposições do Decreto Municipal nº 228/2021, no que couber e será subscrita pela autoridade que assinou o edital.

11.2. Para a assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇO a empresa deverá representar-se por:

a) Sócio que detenha poderes de administração, apresentando o contrato social e sua alteração, ou Procurador com poderes específicos para assinar o contrato.

11.3. O contrato a ser firmado obedecerá à minuta constante no anexo deste Edital.

11.4. A empresa a ser contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor e quantitativos iniciais atualizados do contrato.

11.5. Na ocorrência do não comparecimento do(s) licitante(s) vencedor (es), no prazo estipulado acima, poderá a Administração convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços devidamente atualizados, ou revogar a licitação, sem prejuízo das sanções previstas no Artigo 81 da Lei Federal no 8.666/93.

11.6. Fica estabelecido que o(s) CONTRATADO(s) não transferirá(ão) no todo ou em parte, os fornecimentos do objeto do Contrato a ser celebrado, ficando o(s) mesmo(s) proibido(s) de subcontratação ou sub-rogação do instrumento contratual a ser firmado.

11.7. O(s) contrato(s) dela oriundo terá (ão) seus o prazos determinados, conforme legislação aplicável.

11.8. Como condição para assinatura da Ata de Registro de Preço e posteriormente a celebração do contrato, o licitante vencedor deverá manter e comprovar todas as condições de habilitação exigidas neste certame.

11.9. Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a ata de registro de preço, é facultado à Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente, examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subseqüentes, na ordem de classificação, bem como o atendimento, pelo licitante, das condições de habilitação, procedendo à contratação por dispensa de licitação, se for o caso.

11.10. Na convocação dos remanescentes, será observada a classificação final na sessão originária do pregão, devendo os convocados apresentarem os documentos de habilitação cuja validade tenha-se expirado no prazo transcorrido da data da primeira reunião.

11.11. Somente será considerado habilitado o licitante que houver preenchido os requisitos de habilitação na data da primeira sessão e que apresentar, na segunda sessão, os documentos que porventura estiverem vencidos.

11.12. Os licitantes remanescentes convocados na forma dos subitens anteriores se obrigam a atender à convocação e a



assinar a ata de registro de preço e o contrato respectivo de acordo com a proposta que apresentou, no prazo fixado pela Comissão Permanente de Licitações, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa ou de não atendimento das condições de habilitação.

11.13. O prazo para a entrega do objeto contratual admite prorrogação, a critério da Administração, mantidos todos os direitos, obrigações e responsabilidades, na conformidade do disposto, no Art. 57 § 1º, da Lei 8.666/93.

11.14. O termo contratual poderá durante o seu prazo de execução, caso ocorra uma das situações previstas no art. 65 da Lei 8.666/93, e em seus incisos e parágrafos, ser alterado, mediante justificativa e autorização da autoridade competente, através de termo de aditamento, cujo extrato deverá, para ter eficácia, ser publicado em órgão de imprensa oficial.

11.14.1. Os reajustamentos de preços do objeto a ser contratado, quando e se for o caso, serão efetuados e calculados de acordo com as disposições específicas vigentes;

11.14.2. Ocorrendo reajustamento de preços, autorizado pela Administração, os mesmos serão reajustados pela variação do percentual resultante da diferença do preço fixado para o dia de apresentação da proposta e o dia da entrada em vigor do novo preço, aplicando-se sobre o preço proposto.

11.14.3. A empresa a ser contratada deverá apresentar documento oficial comprovando o reajuste, acompanhado de requerimento.

11.15. A existência de preços registrados não obriga esta Prefeitura Municipal a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

11.16. O prazo de validade do Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da publicação da respectiva Ata.

12. DA CONTRATAÇÃO

12.2. Para a assinatura do CONTRATO a empresa deverá representar-se por:

a) Sócio que detenha poderes de administração, apresentando o contrato social e sua alteração, ou Procurador com poderes específicos para assinar o contrato.

12.3. O contrato a ser firmado obedecerá à minuta constante no anexo deste Edital.

12.4. A empresa a ser contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor e quantitativos iniciais atualizados do contrato.

12.5. Na ocorrência do não comparecimento do(s) licitante(s) vencedor (es), no prazo estipulado acima, poderá a Administração convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços devidamente atualizados, ou revogar a licitação, sem prejuízo das sanções previstas no Artigo 81 da Lei Federal no 8.666/93.

12.6. Fica estabelecido que o(s) CONTRATADO(s) não transferirá(ão) no todo ou em parte, os fornecimentos do objeto do Contrato a ser celebrado, ficando o(s) mesmo(s) proibido(s) de subcontratação ou sub-rogação do instrumento contratual a ser firmado.

12.7. O(s) contrato(s) dela oriundo terá (ão) seus o prazos determinados, conforme legislação aplicável.

12.8. Como condição para a celebração do contrato, o licitante vencedor deverá manter e comprovar todas as condições de habilitação exigidas neste certame.

12.9. Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o termo contratual,



é facultado à Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente, examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subseqüentes, na ordem de classificação, bem como o atendimento, pelo licitante, das condições de habilitação, procedendo à contratação por dispensa de licitação, se for o caso.

12.10. Na convocação dos remanescentes, será observada a classificação final na sessão originária do pregão, devendo os convocados apresentarem os documentos de habilitação cuja validade tenha-se expirado no prazo transcorrido da data da primeira reunião.

12.11. Somente será considerado habilitado o licitante que houver preenchido os requisitos de habilitação na data da primeira sessão e que apresentar, na segunda sessão, os documentos que porventura estiverem vencidos.

12.12. Os licitantes remanescentes convocados na forma dos subitens anteriores se obrigam a atender à convocação e assinar o contrato respectivo de acordo com a proposta que apresentou, no prazo fixado pela Comissão Permanente de Licitações, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa ou de não atendimento das condições de habilitação.

12.13. O prazo para a entrega do objeto contratual admite prorrogação, a critério da Administração, mantidos todos os direitos, obrigações e responsabilidades, na conformidade do disposto, no Art. 57 § 1º, da Lei 8.666/93.

12.14. O termo contratual poderá durante o seu prazo de execução, caso ocorra uma das situações previstas no art. 65 da Lei 8.666/93, e em seus incisos e parágrafos, ser alterado, mediante justificativa e autorização da autoridade competente, através de termo de aditamento, cujo extrato deverá, para ter eficácia, ser publicado em órgão de imprensa oficial.

12.14.1. Os reajustamentos de preços do objeto a ser contratado, quando e se for o caso, serão efetuados e calculados de acordo com as disposições específicas vigentes, editadas pelo Governo Federal.

12.14.2. Ocorrendo reajustamento de preços, autorizado pela Administração, os mesmos serão reajustados pela variação do percentual resultante da diferença do preço fixado para o dia de apresentação da proposta e o dia da entrada em vigor do novo preço, aplicando-se sobre o preço proposto.

12.14.3. A empresa a ser contratada deverá apresentar documento oficial comprovando o reajuste, acompanhado de requerimento.

13. DAS PENALIDADES

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Licitante que:

13.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação.

13.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto.

13.1.3. Fraudar na execução do contrato.

13.1.4. Comportar-se de modo inidôneo.

13.1.5. Cometer fraude fiscal.

13.1.6. Não manter a proposta.

13.2. A Licitante que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

13.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante.



- 13.2.2.** Multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.
- 13.2.3.** Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
- 13.2.4.** Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 13.2.5.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Município de Morpará-Bahia, pelo prazo de até dois anos.
- 13.2.6.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.
- 13.3.** Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 13.3.1.** Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.
- 13.3.2.** Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.
- 13.3.3.** Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 13.4.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 13.5.** A Autoridade Competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 13.6.** Não será efetivado qualquer pagamento ao FORNECEDOR ou PRESTADOR DE SERVIÇO, enquanto não efetuado o pagamento da multa devida.
- 13.7.** A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades, a depender do grau da infração cometida pelo FORNECEDOR OU PRESTADOR DE SERVIÇO e dos prejuízos causados à Administração Pública Municipal, não impedindo que a Administração distrate com a empresa.
- 13.8.** A competência para apuração de responsabilidade e conseqüente aplicação das penas aqui previstas são exclusivas do CONTRATANTE, bemo com quanto a pena de declaração de inidoneidade, que compete exclusivamente a Autoridade Superior.
- 13.9.** Os danos e prejuízos serão ressarcidos à CONTRATANTE no prazo da Lei, após conclusão de processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, contado da notificação administrativa ao CONTRATADO, sob pena de multa.
- 13.10.** O distrato, assegurado o contraditório, é formalizado por despacho da autoridade competente da contratante.
- 14. LOCAL/PRAZO/ACOMPANHAMENTO DE ENTREGA DO OBJETO LICITADO:**



13.1. O endereço para entrega dos itens, prazo e acompanhamento de entrega e/ou execução do objeto licitado será conforme o estabelecido no Termo de Referência ANEXO I.

15. DO PAGAMENTO

15.1. Os pagamentos serão efetuados conforme disponibilidade financeira da Administração, após a protocolização da Nota Fiscal/Fatura que deverá ser atestada pelo fiscalizador competente, liquidada pela Contabilidade e seja encaminhada à Secretaria de Administração e Finanças. Na data da apresentação da fatura o contratado deverá estar de posse, em plena vigência, da certidão negativa de débito com a seguridade social (CND), da CNDT e da certidão de regularidade com o FGTS, além das certidões de regularidade com os tributos municipal, estadual e federal, sob pena de não pagamento.

15.2. Havendo erro na fatura ou descumprimento das condições pactuadas, no todo ou em parte, a tramitação da fatura será suspensa para que a CONTRATADA adote as providências necessárias à sua correção. Passará a ser considerada, para efeito de pagamento, a data de reapresentação da fatura, devidamente corrigida.

15.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, inclusive não gerando qualquer direito a reajuste de preço.

15.4. O descumprimento do subitem 14.1 deste edital poderá acarretar a rescisão do contrato, por inadimplemento de obrigação contratual, sem qualquer direito à indenização.

16. - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado pela Administração para a empresa a ser contratada da seguinte forma: conforme fornecimento, exclusivamente através de crédito em conta de titularidade da contratada no prazo de até 30 dias, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal/Fatura e depois de atestada pelo Contratante o recebimento parcial/definitivo do objeto licitado.

16.2. Não será permitida previsão de sinal, ou qualquer outra forma de antecipação de pagamento na formulação das propostas, devendo ser desclassificada, de imediato, a proponente que assim o fizer.

16.3. Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da fatura aquela na qual ocorreu a regularização da pendência por parte da empresa a ser contratada.

16.4. O pagamento não isenta a empresa a ser contratada da responsabilidade de correção dos erros e imperfeições porventura apresentados após a liberação.

17. - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1 - Os recursos para cobertura das despesas previstas no presente contrato correrão por conta da dotação do exercício de 2022:

02.14.000 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE-SESAU
02.15.000 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS
PROJETO / ATIVIDADE:
10.122.003.2055 Manter as Ações e Serviços da Secretaria Municipal de Saúde
10.301.003.1049 Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica em Saúde
10.302.003.1050 Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Especializada em Saúde
10.301.003.2056 Manter, Ampliar, Fortalecer e Apoiar as Ações Estratégicas da Atenção Básica
10.303.003.2058 Manter, Ampliar, Fortalecer e Apoiar as Ações de Assistência Farmacêutica



10.305.003.2059 Desenvolvimento das Ações de Vigilância e Promoção da Saúde
10.302.003.2062 Gestão dos Serviços e Ações da Assist. Hospitalar e Ambulatorial
10.301.003.2066 Enfrentamento da Emergência Nacional de Saúde
ELEMENTO DE DESPESA:
4.4.9.0.52.00.00 Equipamentos e Material Permanente
FONTE:
6102, 123 e 0215

18. INCIDÊNCIAS FISCAIS

18.1. Os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, custos e despesas que sejam devidos em decorrência direta ou indireta do presente contrato, serão de exclusiva responsabilidade do contribuinte, assim definido na Norma Tributária, neste caso, a CONTRATADA.

18.2. A CONTRATADA deverá ter levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a compra de material, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

18.3. Ficando comprovado depois do negócio realizado e antes da entrega do objeto que a CONTRATADA acresceu indevidamente a seus preços valores correspondentes a quaisquer tributos não incidentes sobre a compra, tais valores serão imediatamente excluídos, com a devolução ao CONTRATANTE, do valor por ventura pago.

19. REVOGAÇÃO – ANULAÇÃO

19.1. A licitação poderá ser revogada ou anulada nos termos do art. 49, da Lei 8.666/93, no seu todo ou em parte.

19.2. O MUNICÍPIO DE MORPARÁ se reserva ao direito de revogar esta licitação, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a decisão. Deverá, por outro lado, anulá-la se constatada insanável ilegalidade, baseado em parecer escrito e devidamente fundamentado.

19.3. Não caberá qualquer indenização aos proponentes em caso de revogação ou anulação da presente licitação, ressalvadas as hipóteses legais, cabendo o ônus da prova exclusivamente ao licitante/contratado.

20. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

20.1. Os pedidos de impugnações referentes ao edital deverão ser apresentados no endereço de e-mail morparalicit@hotmial.com dirigidos ao Pregoeiro, contendo as informações para contato (telefone, endereço eletrônico, contrato social ou instrumento equivalente, acompanhado da procuração, quando for o caso), sendo que, até três dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o Edital, encaminhando a impugnação na forma citada anteriormente ou protocolando pessoalmente na Sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE MORPARÁ – SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS sito à Avenida Rui Barbosa, 420, Centro, CEP: 47.5802-000, Morpará / Bahia.

20.1.1. Seja por via eletrônica (e-mail) ou protocolado na Sede deverá ser observado o horário de expediente da unidade responsável pelo acompanhamento da licitação, das 08h às 12h e das 14h às 17h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

20.1.2. No caso de recebimento via e-mail, em horário estranho ao funcionamento oficial da unidade responsável



pelo acompanhamento da licitação, implicará para contagem de prazos o primeiro dia e hora útil subsequente do recebimento da correspondência eletrônica.

19.1.3. Decairá do direito de impugnação dos termos do Edital de Pregão, perante ao Município de Morpará - Bahia, aquele que não se manifestar até três dias úteis antes da data de abertura da sessão do pregão, apontando as falhas e/ou irregularidade pelo impugnante.

20.1.4. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

20.1.5. Acolhida à impugnação, caso haja alterações que afetem a formulação das propostas, poderá ser definida e publicada nova data para a realização do certame.

20.2. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser protocolados na Sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE MORPARÁ – SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS sito à Avenida Rui Barbosa, 420, Centro, CEP: 47.5802-000, Morpará / Bahia. ou enviados ao endereço de e-mail morparalicita@hotmail.com, dirigidos ao Pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, obedecido os critérios previstos no subitem 19.1.1, 19.1.2 e 19.1.3.

20.2.1. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

20.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

20.4. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e na aba Listar Documentos, e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessados.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, inclusive a preparação e apresentação das propostas.

21.2. A qualquer tempo, antes da data fixada para apresentação das propostas, poderá o Pregoeiro, se necessário, modificar este Edital, hipótese em que deverá proceder à divulgação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

21.3. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

21.4. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de Pregão.

21.5. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

21.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.7. É facultado o Pregoeiro ou à autoridade superior:

a) A promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase do pregão, sendo vedada a inclusão posterior de documento que deveria constar originariamente da proposta.



b) Releva erros formais ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação dos proponentes, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação.

c) Convocar os licitantes para quaisquer esclarecimentos porventura necessários ao entendimento de suas propostas.

21.8. O PREGOEIRO poderá em qualquer fase da licitação, suspender os trabalhos, devendo promover o registro da suspensão e a convocação para a continuidade dos trabalhos.

21.9. Este Edital e seus anexos, bem como a proposta vencedora, farão parte integrante do instrumento de contrato, como se nele estivessem transcritos, ressalvado o valor proposto, porquanto prevalecerá o ofertado na fase de lances, se houver.

21.9.1. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.10. Os vencedores terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para assinar o instrumento de contrato ou retirar a nota de empenho junto ao MUNICÍPIO DE MORPARÁ. A referida convocação será feita através de publicação no Diário Oficial do Município <https://www.morpara.ba.gov.br/Site/DiarioOficial> e encaminhada à empresa vencedora por ofício ou e-mail.

21.11. Caso o licitante vencedor não apresente situação regular no ato da assinatura do contrato ou retirada do empenho, ou venha recusar-se a celebrá-lo/retirá-lo, injustificadamente, dentro do prazo estabelecido e na vigência da sua proposta, sujeitar-se-á às sanções cabíveis, reservando-se ao Município de Morpará - Bahia, o direito de, independentemente de qualquer aviso ou notificação, renovar a licitação ou convocar os remanescentes;

21.12. Quaisquer informações e esclarecimentos relativos a esta licitação deverão ser, preferencialmente, enviados para o correio eletrônico morparalicita@hotmail.com em virtude da pandemia da COVID-19.

21.13. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 10.024/2021, subsidiariamente da Lei nº 8.666, de 1993 e alterações posteriores, da Lei Complementar nº 123, de 2006 e alterações posteriores e legislação correlata.

21.14. Fica designado o foro da Cidade de IBOTIRAMA - Estado da Bahia, para julgamento de quaisquer questões judiciais resultante deste edital, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

22. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II – Modelo de Proposta

ANEXO III – Modelo de Procuração

ANEXO IV – Declaração de Pleno Conhecimento para Habilitação

ANEXO V – Declaração de que não Emprega Menor

ANEXO VI – Declaração Idoneidade

ANEXO VII – Declaração de Micro Empresa ou EPP

ANEXO VIII – Declaração de Proposta Independente

ANEXO IX - Minuta da Ata de Registro de Preço



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORPARÁ
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Av. Rui Barbosa - 420 Centro, CEP: 47580-000 Morpará-Bahia
Fone: (77) 3663-2168 CNPJ 13.798.574/0001-07



ANEXO X - Minuta de Contrato.

Morpará - BA, 10 de janeiro de 2022

EDILTON ALVES DOS SANTOS
Secretário Municipal de saúde
Decreto 276 de 14 de setembro de 2021



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA / DETALHAMENTO DO OBJETO

LICITAÇÃO / MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

ÓRGÃO/ENTIDADE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1. DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto, o Registro de preços para eventual e futuro fornecimento de equipamentos hospitalares, odontológicos, móveis e eletrodomésticos diversos, a fim de atender as demandas do Fundo Municipal de Saúde, deste Município de Morpará-Bahia.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1 - A referida contratação torna-se imprescindível através da realização de Pregão Eletrônico para Sistema de Registro de Preços - SRP, objetivando dar-se continuidade as ações de saúde com qualidade, eficiência e humanização, pela necessidade de garantir um ambiente adequado a fim de melhorar as condições de trabalho, prezando pela saúde e bem-estar dos funcionários, prestadores de serviço, munícipes e no atendimento de qualidade aos usuários do SUS. Tend em vista que serão utilizados na estruturação e adequação das Unidades de Saúde, Farmácia Básica e na sede da Secretaria de Saúde, com isso possibilitando que as equipes possam atuar com mais qualidade e eficiência por isso se faz necessário a aquisição dos itens deste objeto de modo a contribuir com a das ações planejadas da Gestão. Ressalta-se o serviço contínuo na melhoria da qualidade, produção e ampliação dos procedimentos oferecidos, possibilitando uma redução no tempo de internação e proporcionando melhor qualidade na recuperação dos pacientes atendidos, além de proporcionar maior segurança, qualidade e agilidade na recuperação dos pacientes, possibilitará uma redução significativa nos custos de manutenção com equipamentos antigos e tecnologicamente ultrapassados. No procedimento licitatório deverá se levado em consideração, em todos os termos, também os itens, natureza, economicidade e a finalidade dos produtos a serem adquiridos.

3 - DAS ESPECIFICAÇÕES E DETALHAMENTO DO OBJETO.

3.1 – Os itens que compoem os lotes, conforme planilha abaixo, deverão ser entregues pela Empresa licitante vencedora parceladamente, mediante solicitação da Secretaria Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Saúde do Município de Morpará - Bahia.

LOTE I – PINÇAS E MATERIAIS INOXIDÁVEIS

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MED	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	BALDE CILÍNDRICO. Balde a Pedal Inoxidável – MI-453A. Estrutura: Confeccionada em chapa de aço inoxidável com acabamento polido. Pedal de acionamento da tampa com sapata de borracha. Tampa: Confeccionada em chapa de aço inoxidável com acabamento polido e com perfil de material termoplástico	10	UNID		



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORPARÁ
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Av. Rui Barbosa - 420 Centro, CEP: 47580-000 Morpará-Bahia
Fone: (77) 3663-2168 CNPJ 13.798.574/0001-07



	interno de proteção. Balde interno: Removível, confeccionado em chapa de aço inoxidável com alça e capacidade volumétrica para 10 litros. Dimensões: Diâmetro: 270 ± 10mm. Altura: 365 ± 10 mm.				
02	CABO DE BISTURI aço inox nº 03	08	UNID		
03	CABO DE BISTURI aço inox nº 04	08	UNID		
04	CAIXAS DE AÇO INOXIDÁVEL - Modelo: Estojo De Inox Perfurado. Tamanho: 26 x 12 x 06 cm, de aço inoxidável.	06	UNID		
05	COMADRES TIPO PÁ DE AÇO INOX. Comadre Tipo Pá 40X30cm em aço inox; Dimensões: 40 x 30 cm. Altura: 20,00 Centímetros. Largura: 41,00 Centímetros. Profundidade: 32,00 Centímetros.	06	UNID		
06	CUBAS REDONDA DE INOX - 10cm de diâmetro. Cuba para assepsia - 10,5 x 4,5cm, Composição do aço: aço-inox 304 (18/8).	08	UNID		
07	ESTOJO DE INOX. 20 X 10 X 05 CM	08	UNID		
08	PINÇA ANATÔMICA COM DENTES 16CM	08	UNID		
09	PINÇA ANATÔMICA SEM DENTE 16CM	08	UNID		
10	PINÇA CRILE CURVA 14CM	08	UNID		
11	PINÇA CRILE RETA 14CM	08	UNID		
12	PINÇA KELLY CURVA 14CM	08	UNID		
13	PINÇA MOSQUITO CURVA 12CM	08	UNID		
14	PINÇA MOSQUITO RETA 12CM	08	UNID		
15	PINÇA POZZI 24 CM PARA COLO UTERINO	08	UNID		
16	PINÇAS ALLIS 20 CM. Material confeccionado em Aço Inox AISI-420 . Material Autolavável. Instrumento Cirúrgico. Não articulado. Não cortante. Com serrilhas. 20 cm.	06	UNID		
17	PINÇAS DISSECÇÃO 1 X 2 DENTES 20 CM. Pinça Anatômica 1x2 dentes (dente de rato) 20cm. Produto Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420.	08	UNID		
18	PINÇAS DISSECÇÃO ANATÔMICA 20 CM. Material confeccionado em Aço Inox AISI-420 . Material Autolavável. Instrumento Cirúrgico. Não articulado. Não cortante. Com serrilhas. 20 cm.	08	UNID		
19	PINÇAS FOERSTER C/ SERRILHA RETA 25 CM. Produto Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420.	06	UNID		
20	PINÇAS KELLY, CURVA 16 CM. Produto Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420.	08	UNID		
21	PINÇAS KELLY, RETA 16 CM. Produto Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420.	08	UNID		
22	PINÇAS ROCHESTER PEAN RETA 16 CM. Pinça hemostática. Produto Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420.	08	UNID		
23	PORTA AGULHA MAYO 14CM	08	UNID		
24	PORTA-AGULHAS MAYO-HEGAR, 18CM. Modelo: Porta Agulha Mayo Hegar com Vídea. Tamanho: 18 cm.	06	UNID		
25	TESOURA IRIS 12CM	08	UNID		
26	TESOURA SPENCER PARA RETIRADA DE PONTOS 9CM	08	UNID		
27	TESOURAS MAYO CURVA 17 CM. Produto Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420.	08	UNID		
28	TESOURAS MAYO RETA 17 CM. Produto Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420.	08	Unid		
VALOR TOTAL DO LOTE I (POR EXTENSO)					R\$



LOTE II – EQUIPAMENTOS HOSPITALARES

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MED	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	ASPIRADOR , cirurgico, portatil, de funcionamento silencioso, com gabinete em material plastico resistente o chapa de aco comacabamento em pintura eletrostatica ou similar, com alca para transporte, rodizios giratorios reforcados, frasco coletor graduado de nominimo 5 litros, dispositivo duplo de protecao contra extravazamento, valvula de seguranca, motor-bomba silencioso, isento de oleo, comsistema de pistao auto-lubrificado ou paletas rotativas, regulador de vacuo, vacuometro, sistema de succao nao hermetico, chave liga-desliga, aspiracao regulavel, capacidade de succao com regulagem de 0 a 20 polHg atraves de registro apropriado, extensao de plasticotransparente de 1,5 m de comprimento jogo de 3 (tres) canulas, alimentacao eletrica de acordo com a tensao vigente na unidade, oequipamento devera vir acompanhado de copia do registro na ANVISA; manual tecnico e de operacao, em portugues; certificado degarantia minima de 1 (um) ano	02	UNID		
02	BALANÇA PEDIÁTRICA ELETRÔNICA . Capacidade: 15kg, divisões de 5g, faixa de medição antropométrica na concha de 0 a 54 cm. Fonte externa 90 a 240 VAC com chaveamento automático. Voltagem: bivolt (110 / 220V) – automática (regula a voltagem sozinha, basta ligar na tomada). Concha anatômica em polipropileno com medida de 540 x 290mm injetada em material antigermes. Display em LED cp, 6 dígitos. Função Tara até a capacidade máxima da balança.	04	UNID		
03	BANQUETA PARA PARTO VERTICAL : Confeccionada em polietileno, construída em tubos arendodados de 1" com pintura em epoxi, com assento, encosto e braços estofados, capacidade: 100 kg. Registro na Anvisa, material : fibra de vidro, componente i: assento fixo, sem revestimento, componente ii: abertura frontal, bacia em alumínio, capacidade : até 120 kg.	01	UNID		
04	BERÇO PARA RECÉM NASCIDO : Tipo características técnicas mínimas estrutura em tubo de aço pintado de 1 (uma) polegada de diametro, sem pontos aparente de solda, com rodizios, sendo 2 com freio, cuna removível em acrílico com cantos arendodados, elevação na altura da cabeça do rn, e com aba em todo o contorno, colchão em espuma revestido em curvim, pará-choque frontal, possuir compartimento para colocação de acessórios e materiais usados nos procedimentos com o rn, dimensões mínimas do cesto 34 cm larg x 66 cn comp. Cor branca ou transparente. Registro na ANVISA	01	UNID		



05	<p>BOMBA DE INFUSÃO EQUIPO UNIVERSAL. Construída em caixa plástica de alta resistência, a bomba de infusão universal possui taxa exata e volume constante através de um sistema exclusivo e preciso de sensores e controle micro processado, que além de controlar precisamente a taxa de infusão, controla mecanicamente seu movimento de transição através de sua placa peristáltica inteligente. Principais características: Display: Tela de LCD para ajustes e configurações; Paineis de LED's para registro de volume infundido; LED's indicadores de funcionamento; Bomba: Compatível com equipos padrão de qualquer marca; É uma bomba de infusão enteral e parenteral, que atende a alimentação e medicação; Possui alarmes audiovisuais; Sensor de gotas; Ajuste de volume de infusão pré definido; Modos de trabalho: ml/h e gotas/min; Três níveis de indicação de ocusão no sistema; Função purgar; KVO (Manter veia aberta) com vazão ajustável de 1 a 5 ml/h; Gravação automática da última infusão; Funcionamento por mais de 4 horas em bateria; Classe de proteção IPX4; Alarmes: Indicações sonoras (bip e voz); Início da infusão; Término da infusão; Infusão da quantidade limitada encerrada; Oclusão; Detecção de bolhas; Fechar a porta; Instalação incorreta; Configuração incorreta; Velocidade de infusão anormal; Sensor de gotas desconectado; Alimentação externa desconectada; Bateria fraca. Especificações: Volume de infusão: De 1ml a 9.999ml. Taxa de infusão: Modo ml/h – 1 a 1.200 ml/h (incremento de 1ml/h) Modo gotas/min – 1 a 266 gotas/min (incremento de 1 gota/min). Taxas de BOLUS/Purgar: 100 a 1.200 ml/h (incremento de 100 ml/h). Taxa de KVO: 1 a 5 ml/h (incremento de 1 ml/h). Oclusão: Alta (800 mmHg), Média (500 mmHg), Baixa (300 mmHg). Bateria e alimentação: 100~240Vac, 50/60Hz; Bateria interna de Li recarregável, capacidade =1.800mAh, tensão =11,1V, tempo de backup de 4 horas na taxa de 25mL/h (taxa média designada em GB 9706.27-2005) para a nova bateria carregada por 12 horas. Alimentação AC 100-240V - 50/60Hz, automático. Fusível: T2AL/250V, 2 pacotes instalados. Consumo de Energia: 30VA Condição Operacional: Temperatura ambiente: 5?~+40?; Umidade relativa: 20%~90%. Pressão atmosférica: 86,0kPa~106,0kPa. Peso e dimensões: Peso líquido aproximado: 1,8 kg. Dimensões: 140 (C)x 157(L) x 220 (A)mm Garantia Legal: 180 (cento e oitenta dias) da emissão da Nota Fisca</p>	01	UNID		
06	<p>CAMA HOSPITALAR PARA PARTO PPP (MANUAL): Estrutura do leito construída em tubo retangular 50x30x1,20 mm em aço carbono, base dividida em 3 secções, dorso, assento, perneiras, com movimentos de elevação dorsal, base tubular 50 x 30 x 1,20 mm de aço carbono com pés recuados, estrado articulado em chapa de aço de 1,0 mm de espessura com dobras de resistência, com dimensões de 2,01 cm de comprimento x 0,80 cm de largura x altura 0,70 a 1.000 cm, grades de proteção dispostas no dorso e cabeceira com sistema retráteis que facilitem a transferência do paciente, sistema de segurança trava e destrava composto por pino mola, possuir apoio removíveis de pernas, apoio de coxas, calcanhar e ter dispositivo para coleta de líquidos, acabamento pintado em poliuretanos ou similar; capacidade mínima de 120 kg, acompanha colchão em napa compatível com as dimensões da cama. Registro na ANVISA</p>	01	UNID		



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORPARÁ

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Av. Rui Barbosa - 420 Centro, CEP: 47580-000 Morpará-Bahia
Fone: (77) 3663-2168 CNPJ 13.798.574/0001-07



07	CARRO DE EMERGÊNCIA: em chapa metálica, com tratamento e pintura eletrostática texturizada. Possui 4 rodízios de movimento de 360 graus e freio em 2 rodas, garantindo mobilidade e praticidade. Seu gaveteiro é composto de 3 gavetas sendo uma com 18 divisões para guardar medicamentos e duas para instrumentos. Um compartimento fechado com tampa basculante para uso geral. Tampo superior em material sintético dividido em dois módulos. Bandeja com giro livre de 360 graus para acomodação de desfibrilador/monitor ou cardioversor. Itens inclusos: Cabp de força tripolar de 2 metros, 4 tomadas (2P+T) de distribuição para alimentação dos equipamentos; proteção de borracha em todo o perímetro contra impactos, suporte para soro com altura ajustável; tábua para passagem cardíaca em acrílico, suporte para cilindro de oxigênio, trava para gavetas/basculante	01	UNID		
08	CILINDRO DE AÇO - CAPACIDADE 50 lts { Vazio} - Volume 50,0 litros de H ₂ O. Autonomia média de 200 inalações de 10 minutos cada. á vazão de 5 lts/mm a 200 bars de pressão, média de 80 horas de uso contínuo a vazão de 2.0 lts/mm a 200 bars de pressão. Deve acompanhar os seguintes acessórios: Válvula, Manômetro, Fluxometro e Suporte Com Rodizio	05	UNID		
09	CILINDRO DE AÇO - CAPACIDADE 15LTS (Vazio) - Volume 15.0 litros de H ₂ O, Autonomia média de 45 inalações de 10 minutos cada, á vazão de 5lts/mm, média de 20 horas do uso contínuo a vazão de 2 0 lts/mm, Deve acompanhar os seguintes acessórios: Válvula, Manômetro, Fluxometro e Suporte Com Rodizio	04	UNID		
10	CILINDRO, CAPACIDADE MÍNIMA de 03 litros, em alumínio, para gases medicinais, destinado ao preenchimento/carregamento de gás ou mistura de gases destinados a entrar em contato direto com o organismo humano para fins de diagnóstico, tratamento ou profilaxia. Confeccionado em alumínio. Com capacidade de no mínimo 03 litros. Deve acompanhar os seguintes acessórios: Válvula, Manômetro, Fluxometro e Suporte Com Rodizio	04	UNID		
11	DEA – Desfibrilador Externo Automático – equipamento leve e pequeno extremamente fácil de transportar. Comando de viva voz na língua portuguesa. Possui forma de onda bifásica com escada de energia até 200 joules, com tempo de carga inferior e 8 seg. para 150 joules e inferior a 12s para 200 joules; acompanha metrônomo interno auxiliando o usuário no ritmo da RCP. Fácil de manusear, possui lds que acompanham o que se passa no viva voz indicando o procedimento correto. A memória interna possui capacidade de armazenamento de 45 minutos de ECG com conexão via entrada UBS. Com PAS	02	UNID		
12	DETECTOR FETAL DE MESA DIGITAL, com as seguintes características: Alta sensibilidade para ausculta Saída para fone de ouvido Alojamento lateral para fixar o transdutor Frequência entre 2,0 e 2,5 mhz: Tensão bivolt (110 e 220 volts) Garantia mínima de 01 ano	06	UNID		
13	ESCADA COM 02 DEGRAUS: Confeccionada em aço inoxidável, pés tubulares 3/4 com ponteira, dois degraus revestido em material sintético anti derrapante; dimensões externas aproximadas: comprimento: 38cm, largura: 37cm, altura: 41cm, espessura da chapa: 0,91 mm	04	UNID		
14	FOCO CLÍNICO: Material corpo: metal, acabamento estrutura: pintura eletrostática, cor: branca, tipo lâmpada: halógena, tensão alimentação: 110,220 v, características adicionais: ginecológico,	02	UNID		



	com espelho dupla face, opção encaixe, tipo luz: feixe de luz intensa e dirigido, tipo ajuste: altura ajustável, tipo haste: haste flexível cromada, tipo base: base com 5 rodízios				
15	GAVETEIRO ODONTOLÓGICO com 4 rodas de silicone com trava, Material: MDF, puxador com acabamento em alumínio, corrediças telescópicas. Com 06 gavetas, medida Total do Móvel 67cm altura X 50cm largura X 42cm profundidade. Medida interna das gavetas: 03 gavetas 33x39,5x4 / 2 gavetas 33x39,5x7/ 01 gaveta 33x39,5x16	04	UNID		
16	MESA PARA EXAME GINECOLÓGICO: Construída em MDF com revestimento BP (melamínico de baixa pressão), leito acolchoado em espuma densidade 28 e napa, com 2 portas, 3 gavetas, 1 par de porta coxas, suporte para lençol descartável e cuba em chapa de aço com pintura epóxi. Dimensões externas aproximadas: 120 m comp. X 0,60 m largura x 0,80 altura. Suporta até 180 kg. Dimensões aproximada totalmente aberta: 1,80 m comp	02	UNID		
17	MESA PARA REFEIÇÃO NO LEITO. Material do tampo: madeira MDF; material da estrutura: aço pintado, peso suportado da mesa para refeição: 50kg.	02	UNID		
18	OXÍMETRO DE PULSO COM MONITORAÇÃO DE BATIMENTOS CARDÍACOS. Portátil (quando fora da base). De mesa (quando alojado na base). Carrega as baterias durante o uso (quando alojado na base). Tecnologia de medição digital. Alarmes de parâmetros programáveis. Medições precisas em perfusões baixas. Anti-Movement system: permite medições mesmo em paciente agitados ou em movimento, sem perda de pulso. Sensor Digital Spo2 que permite medições em pacientes de pele escura ou com esmalte. Baterias recarregáveis tipo AA, (de fácil reposição). Com autonomia de até 16 horas de uso contínuo ou 72 horas em Standby, com baterias de alta capacidade em modo de economia. Memória interna para armazenamento de até 24 horas de monitoramento. Comunicação com computador para recuperação da monitoração armazenada na memória interna das ultims 24 horas. Software gerenciamento de informações capaz de apresentar curva de tendência das informações armazenadas na memória. Display de LCD colorido	02	UNID		
	VALOR TOTAL DO LOTE II (POR EXTENSO)				R\$

LOTE III- EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MED	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Alavanca odontológica seldin direita nº 1R	12	Unidades		
02	Alavanca odontológica seldin esquerda nº 1L	12	Unidades		
03	Alavanca odontológica seldin reta	12	Unidades		
04	Alveolótomo reto	12	Unidades		
05	Aparelho de Ultrassom e Jato de Bicarbonato Odontológico	04	Unidade		



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORPARÁ
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Av. Rui Barbosa - 420 Centro, CEP: 47580-000 Morpará-Bahia
Fone: (77) 3663-2168 CNPJ 13.798.574/0001-07



06	Aparelho fotopolimerizador Led Bivolt com pontas de 1 e 3 dentes + fonte de alimentação. Sem fio. Luz azul gerada por LED de alta potência (1250 mW/cm ²)	04	Unidades		
07	Aplicador para cimento hidróxido de cálcio	20	Unidades		
08	Bandeja odontológica inox 22x15x0,9cm	20	Unidades		
09	Broqueiro autoclavável com 20 furos	20	Unidades		
10	Cabo para bisturi nº 3 - Uso Odontológico	12	Unidades		
11	Cabo para espelho bucal	30	Unidades		
12	Câmara escura para revelação raio-x odontológico com luz led	04	Unidade		
13	Caneta alta rotação 400.000 rpm, refrigeração 3 ou mais furos, Push Button, tipo conexão 2 furos	08	Unidades		
14	Colgadura odontológica individual em aço inox	40	Unidades		
15	COMPRESSOR, de ar, uso odontológico, isento de óleo, protetor térmico, filtro de saída de ar, pintura interna do reservatório antioxidante, capacidade mínima do reservatório de 40 l, potência do motor mínima de 2HP, bivolt, 60Hz. Identificação do produto e marca do fabricante. Certificado de garantia mínima de 02 anos e manual de operação e serviço em Português do Brasil	04	Unidades		
16	Contra ângulo odontológico, encaixe universal a qualquer micromotor através do sistema Intra, refrigeração externa	02	Unidades		
17	Cureta de dentina nº 17	08	Unidades		
18	Cureta de dentina nº 20	12	Unidades		
19	Cureta de Gracey nº 11-12	12	Unidades		
20	Cureta de Gracey nº 13-14	12	Unidades		
21	Cureta de Gracey nº 3-4	12	Unidades		
22	Cureta de Gracey nº 5-6	12	Unidades		
23	Cureta de Gracey nº 7-8	12	Unidades		
24	Cureta de Lucas nº 85	12	Unidades		
25	Cureta de Lucas nº 86	12	Unidades		
26	Descolador de Molt nº 9	12	Unidades		
27	Esculpidor Hollemback 3s	12	Unidades		
28	Espátula de manipulação nº 24	12	Unidades		
29	Espátula para cera nº 7	12	Unidades		
30	Espátula para resina nº 01	20	Unidades		
31	Espelho clínico odontológico nº 5. Primeiro Plano	40	Unidades		
32	Estojo perfurado em aço inox Tam 28x14x 6cm	04	Unidades		
33	Estojo perfurado em aço inox Tam: 20x10x5cm	04	Unidades		
34	Foice Raspador Ponta Morse 0- 00 em aço inoxidável, autolavável. Instrumento cirúrgico não articulado cortante.	18	Unidades		
35	Fórceps odontológico adulto 18 L	12	Unidades		
36	Fórceps odontológico adulto 18 R	12	Unidades		
37	Fórceps odontológico adulto nº 01	12	Unidades		
38	Fórceps odontológico adulto nº 150	12	Unidades		
39	Fórceps odontológico adulto nº 151	12	Unidades		
40	Fórceps odontológico adulto nº 16	12	Unidades		
41	Fórceps odontológico adulto nº 17	12	Unidades		
42	Fórceps odontológico adulto nº 65	12	Unidades		
43	Fórceps odontológico adulto nº 69	15	Unidades		
44	Fórceps odontológico infantil nº 1	12	Unidades		



45	Fórceps odontológico infantil nº 17	12	Unidades		
46	Fórceps odontológico infantil nº 18L	12	Unidades		
47	Fórceps odontológico infantil nº 18R	12	Unidades		
48	Fórceps odontológico infantil nº 2	12	Unidades		
49	Micromotor para baixa rotação, com ranhuras antiderrapantes e indicação de sentido no anel de regulação de rotação. Encaixe Universal, com o mínimo de 5.000 rpm. Acoplamento borden 2 furos	08	Unidades		
50	Pinça Adson dente de rato em aço inoxidável 11cm	12	Unidades		
51	Pinça clínica em aço inoxidável 17cm	12	Unidades		
52	Pinça Mosquito curva em aço inoxidável 12cm	12	Unidades		
53	Pinça Mosquito reta em aço inoxidável 12cm	12	Unidades		
54	Porta agulha Mayo Hegar 14cm	04	Unidades		
55	Porta algodão em aço inoxidável 8x10 cm	04	Unidades		
56	Porta gaze inox 10x10 cm	04	Unidades		
57	Porta Matriz em aço inoxidável para uso adulto ou infantil	04	Unidades		
58	Posicionador radiográfico autoclavável adulto	02	Unidades		
59	Posicionador radiográfico autoclavável infantil	02	Unidades		
60	Seringa carpule com refluxo	20	Unidades		
61	Sonda Exploradora dupla adulto nº 05	20	Unidades		
62	Sonda milimetrada de periodontia OMS	20	Unidades		
63	Tambor aço inoxidável 12x12 cm	04	Unidades		
64	Tesoura Íris 12cm Reta	20	Unidades		
65	Tesoura Metzemaum 12cm Reta	20	Unidades		
VALOR TOTAL DO LOTE III (POR EXTENSO)					R\$

LOTE IV – MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MED	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	CADEIRA GIRATÓRIA PARA ESCRITÓRIO COM BRAÇO Requisitos mínimos exigidos: cadeira giratória operacional espaldar baixo com braço regulável, cor preta, medidas mínimas: altura 800 mm, largura do assento: 460 mm, altura do assento: 390/520 mm, profundidade do assento: 450mm, largura do encosto: 410 mm, altura do encosto: 400 mm	06	UNID		
02	CADEIRA SOBRE LONGARINA , material assento e encosto: polipropileno, cor: vermelha ou preta, quantidade assentos: 3 un, características adicionais: sem braço, comprimento longarina: aproximadamente 1,65 m, largura longarina: aproximadamente 63 cm, material estrutura: tubo aço, acabamento superficial longarina: pintura eletrostática em epóxi-pó, cor longarina: prata	06	UNID		
03	CADEIRAS DE PLÁSTICO SEM BRAÇO , material feito em polipropileno, dimensão: largura 43cm, altura 89cm, profundidade 51cm, peso 2,20kg. Garantia de 12 meses	30	UNID		
04	ESTANTE DE AÇO Requisitos mínimos exigidos: 05 prateleiras medindo 1.98x90x40 c/reforços x nas laterais e fundo, cinza cristal, com pintura eletrostática	06	UNID		
05	FOGÃO 04 BOCAS: com acendimento manual, tampa de vidro temperado, grades duplas, válvula de segurança e porta	04	UNID		



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORPARÁ

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Av. Rui Barbosa - 420 Centro, CEP: 47580-000 Morpará-Bahia

Fone: (77) 3663-2168 CNPJ 13.798.574/0001-07



	com vidro duplo, - puxador - em termoplástico, 02 queimaduras normais e 02 família; grade dupla, válvula de segurança no forno, capacidade de 46 litros, prateleiras, 01 grade com 03 regulagens de altura, pés fixos, gás glp, classe A				
06	FRAGMENTADORA DE PAPEL COM CESTO 12 FOLHAS 21litros; Tipo de corte transversal; Norma de segurança DIN P4;Capacidade de folhas 12 A4. Tipo de fragmentação Papel, Cartões, CD, Grampos; Velocidade 3m/min; Tamanho da entrada 230mm; Tipo de motor Indução; Nível de ruído DB Tempo de trabalho ininterrupto >3min; Capacidade do Cesto 21L. Função Auto Start / Stop Sim; Parada automática com cesto cheio Sim; Função de reversão(automática ou manual) Potência Nominal Motor Rodízios Sim; Certificações de segurança e desempenho CE; Proteção térmica / sobrecarga Sim. Proteção contra superaquecimento Sim; Voltagem 220W	02			
07	FREEZER HORIZONTAL 300L especificações mínimas: capacidade mínima de 300L uma porta, 04 pés; freezer e refrigerador, selo procel a; temperatura mínima do freezer de - 18 graus a -25 graus centígrados e refrigerador de +1 grau a +5 graus centígrados; tensão: 220v; cor: branca. Com garantia de 12 meses	02	UNID		
08	GELADEIRA: 01 Porta, degelo, capacidade do volume interno acima de 280 litros, tensão 220 volts, na cor branca, congelador tipo degelo, lâmpada interna, agentes de expansão da espuma de isolamento térmica em gás ciclo / isopentano. rotulagem contendo, com classificação do inmetro de eficiência energética "A"	04	UNID		
09	MÁQUINA DE LAVAR ROUPA: Capacidade de 13kg Linha branca, Capacidade de roupa seca: 13Kg, Consumo de energia: 0.24 kWh (110V) / 0.25 kWh (220V), Consumo de energia mensal: 8.16 kWh/mês (110V) / 7.83 kWh/mês (220V), Cor: branca, Potência: 675.0 W 220V, Rotação do Motor - Centrifugação: 730 rpm, Dimensões aproximadas: 102x66x73cm (AxLxP), Peso aproximado: 40,5Kg	02	UNID		
10	MESA PARA ESCRITÓRIO Requisitos mínimos exigidos: com 2 gavetas com chaves e tranca simultânea, med. 1,20 x 0,60 x 0,74, cor verde / cristal..	04	UNID		
11	MICROONDAS: Forno - microondas, tipo doméstico, aço inoxidável, na cor branco, com painel de controle, comando frontal, dotado de comunicação visual, medindo (28,10 x 48,30 x 37,50) mm, capacidade mínima 28 litros, prato giratório, porta com visor branco e transparente, controle numérico, teclas para preparo rápido, potência com 11 níveis, chave de segurança, 127v/220v, em embalagem apropriada.	2	UNID		
12	PURIFICADOR DE ÁGUA (DE PAREDE) Requisitos mínimos exigidos: refil de dupla filtragem 2 em 1 que filtra, purifica, reduz cloro, odores e sabores, mata germes, bactérias e elimina metais pesados, com vida útil de 4000 (quatro mil litros), com troca anual; reservatório mínimo de refrigeração de 2,2 litros de água gelada por hora; Temperatura de água: de 4° a 8°; Sistema de refrigeração por compressor; capacidade para 15 pessoas; Kit de instalação para fixação em parede; Cor branca; Tensão 220 wats; Reservatório sem contato com o meio externo; Torneiras frontais de pressão; Serpentina externa do reservatório; Conexão metálica em T½ mangueira; Modelo: Soft Star . Garantia: mínima de 01 (um)	2	UNID		



ano				
VALOR TOTAL DO LOTE IV (POR EXTENSO)				R\$

4 - FORMA, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA:

4.1. O fornecimento será efetuado de acordo com a solicitação da Secretaria requisitante, com prazo de entrega não superior a 10 (dias) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou da Ordem de compra;

4.2. Os equipamentos hospitalares, odontológicos, móveis e afins deverão ser entregues no Município de Morpará-Bahia, na Secretaria Municipal de Saúde, situada na Avenida Rui Barbosa, nº 553, Centro de Morpará-Bahia, ou em outro local na cidade supracitada, determinado pela Gestão do Fundo Municipal de Saude – FMS, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 14:00 horas as 17:00 horas, em dias úteis.

5- CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DO OBJETO:

5.1 – Os produtos deverão ser armazenados cautelosamente para o transporte garantindo a integridade do produto dentro do período de validade.

5.1 - O fornecedor sujeitar-se-á à fiscalização do produto no ato da entrega, reservando-se à Prefeitura Municipal de Morpará o direito de não proceder ao recebimento, caso não encontre os mesmos dentro da descrição exigida;

5.3 – O transporte e descarga dos produtos no local designado correrão por conta exclusiva da empresa Contratada, sem qualquer custo adicional solicitado posteriormente;

5.4 - No ato da entrega, caso o produto seja recusado, o mesmo será devolvido e a Empresa terá, no máximo, 48 horas para executar uma nova entrega;

5.5 - A contratada se compromete a entregar os produtos, no Município de Morpará-Bahia, conforme item 4, deste Termo de Referência, mediante a competente autorização de entrega e faturamento.

5.6 - O recebimento e a conferência serão efetuados por servidor indicado pela CONTRATANTE, nos termos do artigo 73, inciso II, da Lei Federal nº 8666/93, atualizada pela Lei Federal nº 8883/94. Poderá a CONTRATANTE recusar os produtos que não satisfaçam as especificações ou apresentem qualquer vício comunicado o fato ao fornecedor e glosando o correspondente valor.

5.7 – A CONTRATADA deverá comprovar, no momento da entrega do material, a identidade e a qualidade de cada item descritos nos lotes.

5.8 – Todos os materiais deverão atender, rigorosamente, as especificações constantes da proposta. A entrega fora das especificações implicará na recusa por parte da CONTRATANTE, que os colocará à disposição da CONTRATADA para substituição, às suas expensas, no prazo de 05 (cinco) dias corridos.

5.9 – Os equipamentos hospitalares e odontológicos, moveis e eletrodomésticos, deverão ser embalados e alocados no transporte de carga, com armazenamento devido que garanta a integridade do produto durante o percurso até a Entrega efetiva;

5.10 - O fornecedor sujeitar-se-á à fiscalização do produto no ato da entrega, reservando-se à Secretaria de Saúde e ao Fundo Municipal de Saúde o direito de não proceder ao recebimento, caso não encontre os mesmos dentro da descrição



exigida;

5.11 - Os equipamentos hospitalares e odontológicos, móveis e eletrodomésticos deverão ser testados no ato da entrega e a aceitabilidade da entrega, dependerá do pleno funcionamento dos mesmos;

5.12 - Os equipamentos hospitalares e odontológicos, móveis e eletrodomésticos que necessitem de montagem, estas deverão ser efetivas pela contratada, sem nenhum custo adicional ao contratante;

5.13 – Na entrega deverá ser emitida a Nota Fiscal para pagamento com a quantidade dos produtos entregues;

5.14 – A entrega fica condicionada a aceitação por parte do fiscal designado para receber, conferir e aceitar o produto;

5.15 – Os materiais deverão ser entregues acompanhados dos documentos fiscais respectivos, e deve conter, obrigatoriamente, a especificação do item, marca do fabricante e quantidade entregue;

5.16– Os produtos deverão transportados dentro das Normas Técnicas Brasileiras, originais intactos, apropriadas para armazenamento de forma a preservar a estrutura física e visual dos mobiliários;

5.17 – O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da possível imperfeita qualidade dos produtos;

5.18 – Os produtos serão fornecidos rigorosamente dentro das especificações. Verificando-se defeito (s) no(s) bem(ns), a contratada será notificada para saná-lo ou substituir, parcialmente ou na sua totalidade, a qualquer tempo;

5.19 – Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou descumprimento das condições pactuadas, no todo ou em parte, a tramitação da Nota Fiscal/Fatura será suspensa para que a CONTRATADA tome as providências necessárias à sua correção. Passará a ser considerada para efeito de pagamento a data de reapresentação do documento em questão, corrigido e atestado.

5.20 - O preço global a ser pago à CONTRATADA será fixo e irrevogável, incluindo todas as despesas tais como: as correspondentes à mão-de-obra, aquisição e transportes de materiais e equipamentos, tributos, emolumentos, seguros - inclusive contra acidentes de trabalho, encargos sociais e trabalhistas de qualquer natureza, para a entrega nesta cidade Morpará - Bahia.

5.21 - Não será aceita cobrança posterior de qualquer tributo ou assemelhado adicional, salvo se alterado ou criado após a data de abertura deste processo e que venha expressamente a incidir sobre o objeto deste contrato, na forma da lei.

5.22 - Em nenhuma hipótese o CONTRATANTE pagará serviços adicionais executados pela CONTRATADA, que não tenham sido prévia e expressamente autorizados, através de termo aditivo.

6 - VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo para a fornecimento objeto deste Termo de Referência será 12 meses, contados a partir da data de assinatura do Contrato.

O contrato poderá ser prorrogado, mediante termo aditivo, por iguais e sucessivos períodos, com vistas a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitado ao total de 60 (sessenta) meses, conforme Art. 57, inc II da Lei 8.666/93.

7. AVALIAÇÃO DO CUSTO

7.1. - O custo estimado (Sigiloso) foi elaborado com base em pesquisas de preço de mercado, juntada ao processo.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA, além das obrigações contidas por determinação legal, obriga-se a:



- 8.1 – Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos no contrato firmado e do edital da licitação, sujeitando-se às sanções estabelecidas neste contrato e na Lei Federal nº 8.666/93, bem como alterações posteriores e demais Legislação pertinente.
- 8.2 – Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízo que vier causar à contratante ou terceiros, tendo como agente a contratada, pessoas prepostos ou estranhos;
- 8.3 – Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrente do cumprimento das obrigações assumidas sem qualquer ônus à CONTRATANTE.
- 8.4 - Manter durante toda a execução do contrato as mesmas características e condições de habilitação e qualificação técnica apresentada durante o processo licitatório.
- 8.5 - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 8.6 – Arcar com despesas de logística, alimentação, hospedagem e outras que ocorrerem, durante a execução do objeto deste contrato.
- 8.7 – Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 8.8 – Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE.
- 8.9 – Relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.
- 8.10 – Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 8.11 – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, como marcas dos produtos de acordo as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 8.12 – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 8.13 – Montar se necessário, os equipamentos, móveis e/ou eletrodomésticos, testar os mesmos, apresentando o pleno funcionamento no ato da entrega;
- 8.14 – Entregar no prazo estabelecido, mantendo proposta, características e marcas apresentadas no contrato, sem nenhum custo adicional para o contratante;
- 8.15 - Entregar os equipamentos objeto do certame, no Município de Morpará-Bahia, na Secretaria Municipal de Saúde, situada na Avenida Rui Barbosa, nº 553, Centro de Morpará-Bahia, ou em outro local na cidade supracitada, determinado pela Gestão do Fundo Municipal de Saude – FMS, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 14:00 horas as 17:00 horas, em dias úteis.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

A contratante obriga-se a:

- 9.1 – Dar ciência à CONTRATADA de quaisquer modificações que venham a ocorrer neste contrato.
- 9.2 – Efetuar todos os pagamentos nas condições pactuadas.
- 9.3 – Verificar e aceitar as Notas Fiscais/Faturas emitidas pela CONTRATADA, recusando-as quando inexatas ou incorretas.



- 9.4 – Encaminhar a CONTRATADA as requisições de serviços e/ou fornecimento; publicar o resumo do contrato e adiamento que houver na imprensa oficial, conforme estipula § único do art. 61 da Lei n. ° 8.666/93.
- 9.5 – Acompanhar e fiscalizar a boa execução contratual e aplicar as medidas corretivas necessárias, inclusive as penalidades contratuais e legalmente previstas, comunicando à CONTRATADA as ocorrências que, a seu critério, exijam medidas corretivas e prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos da CONTRATADA.
- 9.6 – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o instrumento contratual e as especificações constantes neste Termo de Referência;
- 9.7 – Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA para a execução dos serviços;
- 9.8 – Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidores especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 9.9 – Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 9.10 – Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das Normas estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital e seus anexos;
- 9.11 – Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA.
- 9.12 – Solicitar o reparo, a correção, a remoção, a substituição, alteração e/ou refazimento dos serviços não aprovados pela FISCALIZAÇÃO.
- 9.13 - Publicar o resumo do contrato e adiamento que houver na imprensa oficial, conforme estipula § único do art. 61 da Lei n. ° 8.666/93.

10 - CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 10.1 – 8.1 – O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos pela servidora: **Gilma Carneiro Ribeiro**, para o Cargo de Coordenadora Geral do Pronto Atendimento – COGEP, tel. (77) 3663-2422/2168, representantes das Secretarias Municipal de Saúde, respectivamente, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.2 – O(s) representante(s) da Contratante deverá(ão) ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 10.3 – A verificação da adequação do fornecimento deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência.
- 10.4 – A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto, devendo haver o redimensionamento no pagamento sempre que a CONTRATADA:
- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 10.5 – Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.



10.6 – A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para o fornecimento com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

10.7 – O(s) fiscal(is) poderá(ão) realizar avaliação, no ato da entrega, diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

10.8 – O(s) fiscal(is), ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá(ão) comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.9 – O(s) representante(s) da Contratante deverá(ão) promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos artigos 68 e 69 da Lei 13.303 de 2016.

10.10 – O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 82,83 e 84 da Lei nº 13.303, de 2016.

10.11 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 – Para infrações de pequena relevância – Advertência;

11.2 – Para infrações de media relevância – Multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do futuro contrato;

11.3 – Para infrações de grande relevância – Aplicação cumulativamente, das penalidades abaixo:

a) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do futuro contrato;

b) Rescisão unilateral do contrato derivado da presente licitação;

c) Suspensão temporária para participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública no prazo de até 05 (cinco) anos, e

d) Emissão de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do Artigo 87, Inciso III, da Lei Federal no. 8.666, de 21 de junho de 1993;

e) Ocorrendo atrasos na execução do objeto contratados com base na presente licitação, o futuro contratado poderá ser penalizado conforme abaixo:

11.4 - atraso de 01 (um) a 05 (cinco) dias na execução do objeto – Multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor dos produtos entregues em atraso;

11.5. - atraso de 06 (seis) a 10 (dez) dias na execução do objeto – Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor dos produtos entregues em atraso;

11.6 - atraso superiores a 10 (dez) dias na execução do objeto - poderão ensejar a rescisão do futuro contrato, com as cominações previstas neste Edital.



§ 1º – O valor das multas será obrigatoriamente deduzido do pagamento do objeto entregue com atraso, ou de outros créditos relativos a este Contratos, eventualmente existentes.

§ 2º - O valor das multas prevista nesta Cláusula não tem caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá o contratado da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas

12. FONTE DE RECURSOS / DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

02.14.000 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE-SESAU
02.15.000 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS
PROJETO / ATIVIDADE:
10.122.003.2055 Manter as Ações e Serviços da Secretaria Municipal de Saúde
10.301.003.1049 Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica em Saúde
10.302.003.1050 Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Especializada em Saúde
10.301.003.2056 Manter, Ampliar, Fortalecer e Apoiar as Ações Estratégicas da Atenção Básica
10.303.003.2058 Manter, Ampliar, Fortalecer e Apoiar as Ações de Assistência Farmacêutica
10.305.003.2059 Desenvolvimento das Ações de Vigilância e Promoção da Saúde
10.302.003.2062 Gestão dos Serviços e Ações da Assist. Hospitalar e Ambulatorial
10.301.003.2066 Enfrentamento da Emergência Nacional de Saúde
ELEMENTO DE DESPESA:
4.4.9.0.52.00.00 Equipamentos e Material Permanente
FONTE:
6102, 123 e 0215

13. DO PAGAMENTO:

O pagamento das despesas deste Termo de Referência será efetuado pelo Município de Morpará - BA, mediante a apresentação da Nota Fiscal referente ao fornecimento, devidamente atestada pela Administração.

13.1 - São condições necessárias para a liquidação e o pagamento das despesas deste contrato:

- Fatura dos serviços prestados devidamente aprovados e o respectivo documento fiscal atestado pela unidade gestora do contrato.
- Originais da Certidão Negativa de Débitos junto à Secretaria da Receita Federal, em conjunto com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Previdência Social, Certidão Negativa de Débitos junto à Secretaria da Fazenda do Estado do domicílio ou Sede do licitante, Certidão Negativa de Débitos junto à Receita Municipal do domicílio ou Sede do licitante, Certificado de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de serviços, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, (validas e regulares).

13.2 - O pagamento será realizado mensalmente, em até 30 (trinta) dias após a emissão das notas fiscais de fornecimento e atesto do Setor Competente.

Morpará - BA, 10 de janeiro de 2022

EDILTON ALVES DOS SANTOS
Secretário Municipal de saúde
Decreto 276 de 14 de setembro de 2021



ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

USAR PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE

AO

Pregoeiro e Equipe de Apoio
Prefeitura Municipal de Morpará

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO N.º ____/2022.

Processo Administrativo n.º ____/2022.

Tipo: Menor Preço Por Lote

PROPOSTA DE PREÇOS

LICITANTE:		
END. COMERCIAL:		UF:
CEP:	FONE:	E-MAIL:
INSC. ESTADUAL:	CNPJ:	
VALIDADE DA PROPOSTA:	REPRESENTANTE LEGAL:	
DADOS BANCÁRIOS:		
BANCO	AGÊNCIA	CONTA
OBJETO:		

LOTE I – PINÇAS E MATERIAIS INOXIDÁVEIS

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MED	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	BALDE CILÍNDRICO. Balde a Pedal Inoxidável – MI-453A. Estrutura: Confeccionada em chapa de aço inoxidável com acabamento polido. Pedal de acionamento da tampa com sapata de borracha. Tampa: Confeccionada em chapa de aço inoxidável com acabamento polido e com perfil de material termoplástico interno de proteção. Balde interno: Removível, confeccionado em chapa de aço inoxidável com alça e capacidade volumétrica para 10 litros. Dimensões: Diâmetro: 270 ± 10mm. Altura: 365 ± 10 mm.	10	UNID			
02	CABO DE BISTURI aço inox nº 03	08	UNID			
03	CABO DE BISTURI aço inox nº 04	08	UNID			
04	CAIXAS DE AÇO INOXIDÁVEL - Modelo: Estojo De Inox Perfurado. Tamanho: 26 x 12 x 06 cm, de aço inoxidável.	06	UNID			
05	COMADRES TIPO PÁ DE AÇO INOX. Comadre Tipo Pá 40X30cm em aço inox; Dimensões: 40 x 30 cm. Altura: 20,00 Centímetros. Largura: 41,00 Centímetros. Profundidade: 32,00 Centímetros.	06	UNID			
06	CUBAS REDONDA DE INOX - 10cm de diâmetro. Cuba para assepsia - 10,5 x 4,5cm, Composição do aço: aço-inox 304 (18/8).	08	UNID			
07	ESTOJO DE INOX. 20 X 10 X 05 CM	08	UNID			
08	PINÇA ANATÔMICA COM DENTES 16CM	08	UNID			



09	PINÇA ANATÔMICA SEM DENTE 16CM	08	UNID			
10	PINÇA CRILE CURVA 14CM	08	UNID			
11	PINÇA CRILE RETA 14CM	08	UNID			
12	PINÇA KELLY CURVA 14CM	08	UNID			
13	PINÇA MOSQUITO CURVA 12CM	08	UNID			
14	PINÇA MOSQUITO RETA 12CM	08	UNID			
15	PINÇA POZZI 24 CM PARA COLO UTERINO	08	UNID			
16	PINÇAS ALLIS 20 CM. Material confeccionado em Aço Inox AISI-420 . Material Autolavável. Instrumento Cirúrgico. Não articulado. Não cortante. Com serrilhas. 20 cm.	06	UNID			
17	PINÇAS DISSECÇÃO 1 X 2 DENTES 20 CM. Pinça Anatômica 1x2 dentes (dente de rato) 20cm. Produto Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420.	08	UNID			
18	PINÇAS DISSECÇÃO ANATÔMICA 20 CM. Material confeccionado em Aço Inox AISI-420 . Material Autolavável. Instrumento Cirúrgico. Não articulado. Não cortante. Com serrilhas. 20 cm.	08	UNID			
19	PINÇAS FOERSTER C/ SERRILHA RETA 25 CM. Produto Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420.	06	UNID			
20	PINÇAS KELLY, CURVA 16 CM. Produto Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420.	08	UNID			
21	PINÇAS KELLY, RETA 16 CM. Produto Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420.	08	UNID			
22	PINÇAS ROCHESTER PEAN RETA 16 CM. Pinça hemostática. Produto Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420.	08	UNID			
23	PORTA AGULHA MAYO 14CM	08	UNID			
24	PORTA-AGULHAS MAYO-HEGAR, 18CM. Modelo: Porta Agulha Mayo Hegar com Vídea. Tamanho: 18 cm.	06	UNID			
25	TESOURA IRIS 12CM	08	UNID			
26	TESOURA SPENCER PARA RETIRADA DE PONTOS 9CM	08	UNID			
27	TESOURAS MAYO CURVA 17 CM. Produto Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420.	08	UNID			
28	TESOURAS MAYO RETA 17 CM. Produto Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420.	08	Unid			
VALOR TOTAL DO LOTE I (POR EXTENSO)						R\$

LOTE II – EQUIPAMENTOS HOSPITALARES

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MED	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
------	-----------	--------	-----	-------	-------------	-------------



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORPARÁ

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Av. Rui Barbosa - 420 Centro, CEP: 47580-000 Morpará-Bahia

Fone: (77) 3663-2168 CNPJ 13.798.574/0001-07



01	ASPIRADOR , cirurgico, portatil, de funcionamento silencioso, com gabinete em material plastico resistente o chapa de aco comacabamento em pintura eletrostatica ou similar, com alca para transporte, rodizios giratorios reforcados, frasco coletor graduado de nominimo 5 litros, dispositivo duplo de protecao contra extravazamento, valvula de seguranca, motor-bomba silencioso, isento de oleo, consistema de pistao auto-lubrificado ou paletas rotativas, regulador de vacuo, vacuometro, sistema de succao nao hermetico, chave liga-desliga, aspiracao regulavel, capacidade de succao com regulagem de 0 a 20 polHg atraves de registro apropriado, extensao de plasticotransparente de 1,5 m de comprimento jogo de 3 (tres) canulas, alimentacao eletrica de acordo com a tensao vigente na unidade, oequipamento devera vir acompanhado de copia do registro na ANVISA; manual tecnico e de operacao, em portugues; certificado degarantia minima de 1 (um) ano	02	UNID			
02	BALANÇA PEDIÁTRICA ELETRÔNICA. Capacidade: 15kg, divisões de 5g, faixa de medição antropométrica na concha de 0 a 54 cm. Fonte externa 90 a 240 VAC com chaveamento automático. Voltagem: bivolt (110 / 220V) – automática (regula a voltagem sozinha, basta ligar na tomada). Concha anatômica em polipropileno com medida de 540 x 290mm injetada em material antigermes. Display em LED cp, 6 dígitos. Função Tara até a capacidade máxima da balança.	04	UNID			
03	BANQUETA PARA PARTO VERTICAL: Confeccionada em polietileno, construída em tubos arendodados de 1" com pintura em epoxi, com assento, encosto e braços estofados, capacidade: 100 kg. Registro na Anvisa, material : fibra de vidro, componente i: assento fixo, sem revestimento, componente ii: abertura frontal, bacia em alumínio, capacidade : até 120 kg.	01	UNID			
04	BERÇO PARA RECÉM NASCIDO: Tipo características técnicas mínimas estrutura em tubo de aço pintado de 1 (uma) polegada de diametro, sem pontos aparente de solda, com rodizios, sendo 2 com freio, cuna removível em acrílico com cantos arendodados, elevação na altura da cabeça do rn, e com aba em todo o contorno, colchão em espuma revestido em curvim, para-choque frontal, possuir compartimento para colocação de acessórios e materiais usados nos procedimentos com o rn, dimensões mínimas do cesto 34 cm larg x 66 cn comp. Cor branca ou transparente. Registro na ANVISA	01	UNID			



05	<p>BOMBA DE INFUSÃO EQUIPO UNIVERSAL. Construída em caixa plástica de alta resistência, a bomba de infusão universal possui taxa exata e volume constante através de um sistema exclusivo e preciso de sensores e controle micro processado, que além de controlar precisamente a taxa de infusão, controla mecanicamente seu movimento de transição através de sua placa peristáltica inteligente. Principais características: Display: Tela de LCD para ajustes e configurações; Painel de LED's para registro de volume infundido; LED's indicadores de funcionamento; Bomba: Compatível com equipos padrão de qualquer marca; É uma bomba de infusão enteral e parenteral, que atende a alimentação e medicação; Possui alarmes audiovisuais; Sensor de gotas; Ajuste de volume de infusão pré definido; Modos de trabalho: ml/h e gotas/min; Três níveis de indicação de oclusão no sistema; Função purgar; KVO (Manter veia aberta) com vazão ajustável de 1 a 5 ml/h; Gravação automática da última infusão; Funcionamento por mais de 4 horas em bateria; Classe de proteção IPX4; Alarmes: Indicações sonoras (bip e voz); Início da infusão; Término da infusão; Infusão da quantidade limitada encerrada; Oclusão; Detecção de bolhas; Fechar a porta; Instalação incorreta; Configuração incorreta; Velocidade de infusão anormal; Sensor de gotas desconectado; Alimentação externa desconectada; Bateria fraca. Especificações: Volume de infusão: De 1ml a 9.999ml. Taxa de infusão: Modo ml/h – 1 a 1.200 ml/h (incremento de 1ml/h) Modo gotas/min – 1 a 266 gotas/min (incremento de 1 gota/min). Taxas de BOLUS/Purgar: 100 a 1.200 ml/h (incremento de 100 ml/h). Taxa de KVO: 1 a 5 ml/h (incremento de 1 ml/h). Oclusão: Alta (800 mmHg), Média (500 mmHg), Baixa (300 mmHg). Bateria e alimentação: 100~240Vac, 50/60Hz; Bateria interna de Li recarregável, capacidade =1.800mAh, tensão =11,1V, tempo de backup de 4 horas na taxa de 25mL/h (taxa média designada em GB 9706.27-2005) para a nova bateria carregada por 12 horas. Alimentação AC 100-240V - 50/60Hz, automático. Fusível: T2AL/250V, 2 pacotes instalados. Consumo de Energia: 30VA Condição Operacional: Temperatura ambiente: 5?~+40?; Umidade relativa: 20%~90%. Pressão atmosférica: 86,0kPa~106,0kPa. Peso e dimensões: Peso líquido aproximado: 1,8 kg. Dimensões: 140 (C)x 157(L) x 220 (A)mm Garantia Legal: 180 (cento e oitenta dias) da emissão da Nota Fisca</p>	01	UNID			
06	<p>CAMA HOSPITALAR PARA PARTO PPP (MANUAL): Estrutura do leito construída em tubo retangular 50x30x1,20 mm em aço carbono , base dividida em 3 secções, dorso, assento, perneiras, com movimentos de elevação dorsal, base tubular 50 x 30 x 1,20 mm de aço carbono com pés recuados, estrado articulado em chapa de aço de 1,0 mm de espessura com dobras de resistência, com dimensões de 2,01 cm de comprimento x 0,80 cm de largura x altura 0,70 a 1.000</p>	01	UNID			



	cm , grades de proteção dispostas no dorso e cabeceira com sistema retráteis que facilitem a transferência do paciente, sistema de segurança trava e destrava composto por pino mola, possuir apoio removíveis de pernas, apoio de coxas, calcanhar e ter dispositivo para coleta de líquidos, acabamento pintado em poliuretanos ou similar ;capacidade mínima de 120 kg, acompanha colchão em napa compatível com as dimensões da cama. Registro na ANVISA					
07	CARRO DE EMERGÊNCIA: em chapa metálica, com tratamento e pintura eletrostática texturizada. Possui 4 rodízios de movimento de 360 graus e freio em 2 rodas, garantindo mobilidade e praticidade. Seu gaveteiro é composto de 3 gavetas sendo uma com 18 divisões para guardar medicamentos e duas para instrumentos. Um compartimento fechado com tampa basculante para uso geral. Tampo superior em material sintético dividido em dois módulos. Bandeja com giro livre de 360 graus para acomodação de desfibrilador/monitor ou cardioversor. Itens inclusos: Cabp de força tripolar de 2 metros, 4 tomadas (2P+T) de distribuição para alimentação dos equipamentos; proteção de borracha em todo o perímetro contra impactos, suporte para soro com altura ajustável; tábua para passagem cardíaca em acrílico, suporte para cilindro de oxigênio, trava para gavetas/basculante	01	UNID			
08	CILINDRO DE AÇO - CAPACIDADE 50 lts { Vazio) - Volume 50,0 litros doH20. Autonomia média de 200 inalações de 10 minutos cada. á vazão do 5 lts/mm a 200 bars do pressão, média de 80 horas de uso contínuo a vazão de 2.0 lts/mm a 200 bars de pressão. Deve acompanhar os seguintes acessórios: Válvula, Manômetro, Fluxometro e Suporte Com Rodizio	05	UNID			
09	CILINDRO DE AÇO - CAPACIDADE 15LTS (Vazio) - Volume 15.0 litros de H20, Autonomia média de 45 inalações de 10 minutos cada, á vazão de 5lts/mm, média do 20 horas do uso contínuo a vazão de 2 0 lts/mm, Deve acompanhar os seguintes acessórios: Válvula, Manômetro, Fluxometro e Suporte Com Rodizio	04	UNID			
10	CILINDRO, CAPACIDADE MÍNIMA de 03 litros, em alumínio, para gases medicinais, destinado ao preenchimento/ carregamento de gás ou mistura de gases destinados a entrar em contato direto com o organismo humano para fins de diagnostico, tratamento ou profilaxia. Confeccionado em alumínio. Com capacidade de no mínimo 03 litros. Deve acompanhar os seguintes acessórios: Válvula, Manômetro, Fluxometro e Suporte Com Rodizio	04	UNID			
11	DEA – Desfibrilador Externo Automático – equipamento leve e pequeno extremamente fácil de transportar. Comando de viva voz na língua portuguesa. Possui forma de onda bifásica com escada de energia até 200 joules, com tempo de carga inferior e 8 seg. para 150 joules e inferior a 12s para 200 joules; acompanha metrônomo interno auxiliando o usuário no ritmo da RCP. Fácil de manusear, possui lds que acompanham o que se passa no viva voz	02	UNID			



	indicando o procedimento correto. A memória interna possui capacidade de armazenamento de 45 minutos de ECG com conexão via entrada UBS. Com PAS					
12	DETECTOR FETAL DE MESA DIGITAL , com as seguintes características: Alta sensibilidade para ausculta Saída para fone de ouvido Alojamento lateral para fixar o transdutor Frequência entre 2,0 e 2,5 mhz: Tensão bivolt (110 e 220 volts) Garantia mínima de 01 ano	06	UNID			
13	ESCADA COM 02 DEGRAUS : Confeccionada em aço inoxidável, pés tubulares 3/4 com ponteira, dois degraus revestido em material sintético anti derrapante; dimensões externas aproximadas: comprimento: 38cm, largura: 37cm, altura: 41cm, espessura da chapa: 0,91 mm	04	UNID			
14	FOCO CLÍNICO : Material corpo: metal, acabamento estrutura: pintura eletrostática, cor: branca, tipo lâmpada: halógena, tensão alimentação: 110,220 v, características adicionais: ginecológico, com espelho dupla face, opção encaixe, tipo luz: feixe de luz intensa e dirigido, tipo ajuste: altura ajustável, tipo haste: haste flexível cromada, tipo base: base com 5 rodízios	02	UNID			
15	GAVETEIRO ODONTOLÓGICO com 4 rodas de silicone com trava, Material: MDF, puxador com acabamento em alumínio, corrediças telescópicas. Com 06 gavetas, medida Total do Móvel 67cm altura X 50cm largura X 42cm profundidade. Medida interna das gavetas: 03 gavetas 33x39,5x4 / 2 gavetas 33x39,5x7/ 01 gaveta 33x39,5x16	04	UNID			
16	MESA PARA EXAME GINECOLÓGICO : Construída em MDF com revestimento BP (melamínico de baixa pressão), leito acolchoado em espuma densidade 28 e napa, com 2 portas, 3 gavetas, 1 par de porta coxas, suporte para lençol descartável e cuba em chapa de aço com pintura epóxi. Dimensões externas aproximadas: 120 m comp. X 0,60 m largura x 0,80 altura. Suporta até 180 kg. Dimensões aproximada totalmente aberta: 1,80 m comp	02	UNID			
17	MESA PARA REFEIÇÃO NO LEITO . Material do tampo: madeira MDF; material da estrutura: aço pintado, peso suportado da mesa para refeição: 50kg.	02	UNID			
18	OXÍMETRO DE PULSO COM MONITORAÇÃO DE BATIMENTOS CARDÍACOS . Portátil (quando fora da base). De mesa (quando alojado na base). Carrega as baterias durante o uso (quando alojado na base). Tecnologia de medição digital. Alarmes de parâmetros programáveis. Medições precisas em perfusões baixas. Anti-Movement system: permite medições mesmo em paciente agitados ou em movimento, sem perda de pulso. Sensor Digital Spo2 que permite medições em pacientes de pele escura ou com esmalte. Baterias recarregáveis tipo AA, (de fácil reposição). Com autonomia de até 16 horas de uso contínuo ou 72 horas em Standby, com baterias de alta capacidade em modo de economia. Memória interna para armazenamento de até 24 horas de monitoramento. Comunicação com computador para recuperação da monitoração armazenada na memória interna das últimas 24 horas.	02	UNID			



Software gerenciamento de informações capaz de apresentar curva de tendência das informações armazenadas na memória. Display de LCD colorido					
VALOR TOTAL DO LOTE II (POR EXTENSO)					R\$

LOTE III – EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MED	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Alavanca odontológica seldin direita nº 1R	12	Unidades			
02	Alavanca odontológica seldin esquerda nº 1L	12	Unidades			
03	Alavanca odontológica seldin reta	12	Unidades			
04	Alveolótomo reto	12	Unidades			
05	Aparelho de Ultrassom e Jato de Bicarbonato Odontológico	04	Unidade			
06	Aparelho fotopolimerizador Led Bivolt com pontas de 1 e 3 dentes + fonte de alimentação. Sem fio. Luz azul gerada por LED de alta potência (1250 mW/cm2)	04	Unidades			
07	Aplicador para cimento hidróxido de cálcio	20	Unidades			
08	Bandeja odontológica inox 22x15x0,9cm	20	Unidades			
09	Broqueiro autoclavável com 20 furos	20	Unidades			
10	Cabo para bisturi nº 3 - Uso Odontológico	12	Unidades			
11	Cabo para espelho bucal	30	Unidades			
12	Câmara escura para revelação raio-x odontológico com luz led	04	Unidade			
13	Caneta alta rotação 400.000 rpm, refrigeração 3 ou mais furos, Push Button, tipo conexão 2 furos	08	Unidades			
14	Colgadura odontológica individual em aço inox	40	Unidades			
15	COMPRESSOR, de ar, uso odontológico, isento de óleo, protetor térmico, filtro de saída de ar, pintura interna do reservatório antioxidante, capacidade mínima do reservatório de 40 l, potência do motor mínima de 2HP, bivolt, 60Hz. Identificação do produto e marca do fabricante. Certificado de garantia mínima de 02 anos e manual de operação e serviço em Português do Brasil	04	Unidades			
16	Contra ângulo odontológico, encaixe universal a qualquer micromotor através do sistema Intra, refrigeração externa	02	Unidades			
17	Cureta de dentina nº 17	08	Unidades			
18	Cureta de dentina nº 20	12	Unidades			
19	Cureta de Gracey nº 11-12	12	Unidades			
20	Cureta de Gracey nº 13-14	12	Unidades			
21	Cureta de Gracey nº 3-4	12	Unidades			
22	Cureta de Gracey nº 5-6	12	Unidades			
23	Cureta de Gracey nº 7-8	12	Unidades			
24	Cureta de lucas nº 85	12	Unidades			
25	Cureta de lucas nº 86	12	Unidades			
26	Descolador de Molt nº 9	12	Unidades			
27	Esculpidor Hollembach 3s	12	Unidades			
28	Espátula de manipulação nº 24	12	Unidades			



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORPARÁ
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Av. Rui Barbosa - 420 Centro, CEP: 47580-000 Morpará-Bahia
Fone: (77) 3663-2168 CNPJ 13.798.574/0001-07



29	Espátula para cera nº 7	12	Unidades			
30	Espátula para resina nº 01	20	Unidades			
31	Espelho clínico odontológico nº 5. Primeiro Plano	40	Unidades			
32	Estojo perfurado em aço inox Tam 28x14x 6cm	04	Unidades			
33	Estojo perfurado em aço inox Tam: 20x10x5cm	04	Unidades			
34	Foice Raspador Ponta Morse 0- 00 em aço inoxidável, autolavável. Instrumento cirúrgico não articulado cortante.	18	Unidades			
35	Fórceps odontológico adulto 18 L	12	Unidades			
36	Fórceps odontológico adulto 18 R	12	Unidades			
37	Fórceps odontológico adulto nº 01	12	Unidades			
38	Fórceps odontológico adulto nº 150	12	Unidades			
39	Fórceps odontológico adulto nº 151	12	Unidades			
40	Fórceps odontológico adulto nº 16	12	Unidades			
41	Fórceps odontológico adulto nº 17	12	Unidades			
42	Fórceps odontológico adulto nº 65	12	Unidades			
43	Fórceps odontológico adulto nº 69	15	Unidades			
44	Fórceps odontológico infantil nº 1	12	Unidades			
45	Fórceps odontológico infantil nº 17	12	Unidades			
46	Fórceps odontológico infantil nº 18L	12	Unidades			
47	Fórceps odontológico infantil nº 18R	12	Unidades			
48	Fórceps odontológico infantil nº 2	12	Unidades			
49	Micromotor para baixa rotação, com ranhuras antiderrapantes e indicação de sentido no anel de regulação de rotação. Encaixe Universal, com o mínimo de 5.000 rpm. Acoplamento borden 2 furos	08	Unidades			
50	Pinça Adson dente de rato em aço inoxidável 11cm	12	Unidades			
51	Pinça clínica em aço inoxidável 17cm	12	Unidades			
52	Pinça Mosquito curva em aço inoxidável 12cm	12	Unidades			
53	Pinça Mosquito reta em aço inoxidável 12cm	12	Unidades			
54	Porta agulha Mayo Hegar 14cm	04	Unidades			
55	Porta algodão em aço inoxidável 8x10 cm	04	Unidades			
56	Porta gaze inox 10x10 cm	04	Unidades			
57	Porta Matriz em aço inoxidável para uso adulto ou infantil	04	Unidades			
58	Posicionador radiográfico autoclavável adulto	02	Unidades			
59	Posicionador radiográfico autoclavável infantil	02	Unidades			
60	Seringa carpule com refluxo	20	Unidades			
61	Sonda Exploradora dupla adulto nº 05	20	Unidades			
62	Sonda milimetrada de periodontia OMS	20	Unidades			
63	Tambor aço inoxidável 12x12 cm	04	Unidades			
64	Tesoura Íris 12cm Reta	20	Unidades			
65	Tesoura Metzembaum 12cm Reta	20	Unidades			
VALOR TOTAL DO LOTE III (POR EXTENSO)						R\$

LOTE IV – MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MED	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
------	-----------	--------	-----	-------	-------------	-------------



01	CADEIRA GIRATÓRIA PARA ESCRITÓRIO COM BRAÇO Requisitos mínimos exigidos: cadeira giratória operacional espaldar baixo com braço regulável, cor preta, medidas mínimas: altura 800 mm, largura do assento: 460 mm, altura do assento: 390/520 mm, profundidade do assento: 450mm, largura do encosto: 410 mm, altura do encosto: 400 mm	06	UNID			
02	CADEIRA SOBRE LONGARINA , material assento e encosto: polipropileno, cor: vermelha ou preta, quantidade assentos: 3 un, características adicionais: sem braço, comprimento longarina: aproximadamente 1,65 cm, largura longarina: aproximadamente 63 cm, material estrutura: tubo aço, acabamento superficial longarina: pintura eletrostática em epóxi-pó, cor longarina: prata	06	UNID			
03	CADEIRAS DE PLÁSTICO SEM BRAÇO , material feito em polipropileno, dimensão: largura 43cm, altura 89cm, profundidade 51cm, peso 2,20kg. Garantia de 12 meses	30	UNID			
04	ESTANTE DE AÇO Requisitos mínimos exigidos: 05 prateleiras medindo 1.98x90x40 c/reforços x nas laterais e fundo, cinza cristal, com pintura eletrostática	06	UNID			
05	FOGÃO 04 BOCAS: com acendimento manual, tampa de vidro temperado, grades duplas, válvula de segurança e porta com vidro duplo, - puxador - em termoplástico, 02 queimaduras normais e 02 família; grade dupla, válvula de segurança no forno, capacidade de 46 litros, prateleiras, 01 grade com 03 regulagens de altura, pés fixos, gás glp, classe A	04	UNID			
06	FRAGMENTADORA DE PAPEL COM CESTO 12 FOLHAS 21litros; Tipo de corte transversal; Norma de segurança DIN P4;Capacidade de folhas 12 A4. Tipo de fragmentação Papel, Cartões, CD, Grampos; Velocidade 3m/min; Tamanho da entrada 230mm; Tipo de motor Indução; Nível de ruído DB Tempo de trabalho ininterrupto >3min; Capacidade do Cesto 21L. Função Auto Start / Stop Sim; Parada automática com cesto cheio Sim; Função de reversão(automática ou manual) Potência Nominal Motor Rodízios Sim; Certificações de segurança e desempenho CE; Proteção térmica / sobrecarga Sim. Proteção contra superaquecimento Sim; Voltagem 220W	02				
07	FREEZER HORIZONTAL 300L especificações mínimas: capacidade mínima de 300L uma porta, 04 pés; freezer e refrigerador, selo procel a; temperatura mínima do freezer de -18 graus a -25 graus centígrados e refrigerador de +1 grau a +5 graus centígrados; tensão: 220v; cor: branca. Com garantia de 12 meses	02	UNID			
08	GELADEIRA: 01 Porta, degelo, capacidade do volume interno acima de 280 litros, tensão 220 volts, na cor branca, congelador tipo degelo, lâmpada interna, agentes de expansão da espuma de isolamento térmica em gás ciclo / isopentano. rotulagem contendo, com classificação do inmetro de eficiência energética "A"	04	UNID			
09	MÁQUINA DE LAVAR ROUPA: Capacidade de 13kg Linha branca, Capacidade de roupa seca: 13Kg, Consumo de energia: 0.24 kWh (110V) / 0.25 kWh (220V), Consumo de energia mensal: 8.16 kWh/mês (110V) / 7.83 kWh/mês (220V), Cor: branca, Potência: 675.0 W 220V, Rotação do	02	UNID			



	Motor - Centrifugação: 730 rpm, Dimensões aproximadas: 102x66x73cm (AxLxP), Peso aproximado: 40,5Kg				
10	MESA PARA ESCRITÓRIO Requisitos mínimos exigidos: com 2 gavetas com chaves e tranca simultânea, med. 1,20 x 0,60 x 0,74, cor verde / cristal..	04	UNID		
11	MICROONDAS: Forno - microondas, tipo doméstico, aço inoxidável, na cor branco, com painel de controle, comando frontal, dotado de comunicação visual, medindo (28,10 x 48,30 x 37,50) mm, capacidade mínima 28 litros, prato giratório, porta com visor branco e transparente, controle numérico, teclas para preparo rápido, potência com 11 níveis, chave de segurança, 127v/220v, em embalagem apropriada.	2	UNID		
12	PURIFICADOR DE ÁGUA (DE PAREDE) Requisitos mínimos exigidos: refil de dupla filtragem 2 em 1 que filtra, purifica, reduz cloro, odores e sabores, mata germes, bactérias e elimina metais pesados, com vida útil de 4000 (quatro mil litros), com troca anual; reservatório mínimo de refrigeração de 2,2 litros de água gelada por hora; Temperatura de água: de 4° a 8°; Sistema de refrigeração por compressor; capacidade para 15 pessoas; Kit de instalação para fixação em parede; Cor branca; Tensão 220 wats; Reservatório sem contato com o meio externo; Torneiras frontais de pressão; Serpentina externa do reservatório; Conexão metálica em T½ mangueira; Modelo: Soft Star . Garantia: mínima de 01 (um) ano	2	UNID		
VALOR TOTAL DO LOTE IV (POR EXTENSO)					R\$

Declaramos, que no preço ofertado estão inclusas todas as despesas necessárias para o fornecimento do objeto, sendo de nossa exclusiva responsabilidade as despesas como transporte, alimentação, proventos, encargos sociais, impostos, taxas, tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, seguros e demais despesas inerentes, estando o preço ofertado correspondendo, rigorosamente, com às especificações do objeto licitado, estamos ciente de que não cabe quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

Por esta proposta, ainda, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente aos da Lei 10.520/02, da Lei nº 8.666/93, e às cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº/2022.

RESPONSÁVEL LEGAL DA LICITANTE

_____, ____/____/____
LOCAL DATA ASSINATURA E CARIMBO COM CNPJ E CPF DO REPRESENTANTE



ANEXO III

MINUTA DE PROCURAÇÃO

USAR PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE

AO

Pregoeiro e Equipe de Apoio
Prefeitura Municipal de Morpará

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO N.º ____/2022.

Processo Administrativo n.º ____/2022.

Tipo: Menor Preço Por Lote

Através do presente instrumento, nomeamos e constituímos o(a) Senhor(a)....., (nacionalidade, estado civil, profissão), portador Cédula de Identidade n.º, expedido pela, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o n.º, residente à....., n.º como nosso mandatário, a quem outorgamos amplos poderes para praticar todos os atos relativos ao procedimento licitatório indicado acima, conferindo-lhe poderes para:

(apresentar proposta de preços, interpor recursos e desistir deles, contra- arrazoar, assinar contratos, negociar preços e demais condições, confessar, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação e praticar todos os demais atos pertinentes ao **PREGÃO ELETRÔNICO N.º** (Indicar dados do certame, objeto, etc).

Local, ____ de _____ de 2022.

.....Pessoa Jurídica/Razão Social.....
CNPJ n.º.....
..... Representante Legal.....
.....Cargo/Função.....
(carimbo e assinatura do licitante)



ANEXO IV

**MINUTA DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO E ATENDIMENTO ÀS
EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

USAR PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE

AO

Pregoeiro e Equipe de Apoio
Prefeitura Municipal de Morpará

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO N.º ____/2022.

Processo Administrativo n.º ____/2022.

Tipo: Menor Preço Por Lote

Objeto: O Registro de preços para eventual e futuro fornecimento de equipamentos hospitalares, odontológicos, móveis e eletrodomésticos diversos, a fim de atender as demandas do Fundo Municipal de Saúde, deste Município de Morpará-Bahia.

A Empresa _____ (razão social) _____ inscrita no CNPJ n.º _____, sediada _____ (endereço completo) _____ por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____ em cumprimento do previsto no inciso VII do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, e para fins do Pregão Eletrônico n.º 001/2022 da Prefeitura Municipal de Morpará - BA, **DECLARA:**

() pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições do Edital, aceitando-as integralmente.

ou

(exclusivamente para microempresas e empresas de pequeno porte beneficiárias da Lei Complementar nº 123/06)

() o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação, ressalvada, na forma do §1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações posteriores, tendo em vista e existência de restrição na comprovação da nossa regularidade fiscal, a cuja regularização procederemos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento da declaração do vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, cientes de que a não-regularização da documentação, no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

Por ser esta a expressão da verdade, firmamos o presente.

Local, ____ de _____ de 2022.

.....Pessoa Jurídica/Razão Social.....
CNPJ n.º.....
..... Representante Legal.....
.....Cargo/Função.....
(carimbo e assinatura do licitante)



ANEXO V

MINUTA DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII, ART. 7º DA C.F. 1988
INEXISTÊNCIA DE MENOR TRABALHADOR

USAR PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE

AO

Pregoeiro e Equipe de Apoio
Prefeitura Municipal de Morpará

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO N.º ____/2022.

Processo Administrativo n.º ____/2022.

Tipo: Menor Preço Por Lote

Objeto: O Registro de preços para eventual e futuro fornecimento de equipamentos hospitalares, odontológicos, móveis e eletrodomésticos diversos, a fim de atender as demandas do Fundo Municipal de Saúde, deste Município de Morpará-Bahia.

A Empresa _____ (razão social) _____ inscrita no CNPJ n.º _____, sediada à _____ (endereço completo) _____ por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, **DECLARA** para os fins de direito, na qualidade de licitante do procedimento licitatório sob a modalidade de Pregão Eletrônico n.º 001/2022 em cumprimento ao inciso XXXIII, do artigo 7.º da Constituição Federal que não possui em seus quadros, menores de 18 (dezoito) anos em trabalhos perigosos, noturnos ou insalubres, nem menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer atividade, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Por ser esta a expressão da verdade, firmamos o presente.

Local, ____ de _____ de 2022.

.....Pessoa Jurídica/Razão Social.....
CNPJ n.º.....
..... Representante Legal.....
.....Cargo/Função.....
(carimbo e assinatura do licitante)



ANEXO VI

MINUTA DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

USAR PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE

AO
Pregoeiro e Equipe de Apoio
Prefeitura Municipal de Morpará

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO N.º ____/2022.
Processo Administrativo n.º ____/2022.
Tipo: Menor Preço Por Lote

Objeto: O Registro de preços para eventual e futuro fornecimento de equipamentos hospitalares, odontológicos, móveis e eletrodomésticos diversos, a fim de atender as demandas do Fundo Municipal de Saúde, deste Município de Morpará-Bahia.

A Empresa _____ (razão social). _____ inscrita no CNPJ n.º _____, sediada à _____ (endereço completo) _____ por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____. **DECLARA** que sua empresa não foi considerada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, bem como em cumprimento ao que dispõe o parágrafo 2º do artigo 32 da referida lei. Declaro, também, que comunicarei qualquer fato superveniente à entrega dos documentos de habilitação, de acordo com as exigências do Edital de Pregão Eletrônico em epígrafe.

Por ser esta a expressão da verdade, firmamos o presente.

Local, ____ de _____ de 2022.

.....Pessoa Jurídica/Razão Social.....
CNPJ n.º.....
..... Representante Legal.....
.....Cargo/Função.....
(carimbo e assinatura do licitante)



ANEXO VII

MINUTA DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MEI, MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

USAR PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE

À PREFEITURA MUNICIPAL DE MORPARÁ-BA
AV. Rui Barbosa 420, Centro
Morpará-BA

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO N.º ____/2022.

Processo Administrativo n.º ____/2022.

Tipo: Menor Preço Por Lote

Objeto: O Registro de preços para eventual e futuro fornecimento de equipamentos hospitalares, odontológicos, móveis e eletrodomésticos diversos, a fim de atender as demandas do Fundo Municipal de Saúde, deste Município de Morpará-Bahia.

A empresa _____(razão social)_____ inscrita no CNPJ n.º. _____, sediada à _____(endereço completo)_____por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) _____ portador(a) da Carteira de Identidade n.º. _____e do CPF n.º. _____, **DECLARA**, para fins do disposto no Edital do **Pregão Eletrônico em epígrafe**, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI**, conforme o § 1.º do artigo 18-A da Lei Complementar n.º. 123, de 14/12/2006 e demais dispositivos legais.

() **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar n.º. 123, de 14/12/2006.

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do Artigo 3º da Lei Complementar n.º. 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa não se encontra alcançada por quaisquer das hipóteses descritas no § 4º, do art. 3º, da Lei Complementar n.º. 123, de 14 de dezembro de 2006.

Local, ____ de _____ de 2022.

.....Pessoa Jurídica/Razão Social.....

CNPJ n.º.....

..... Representante Legal.....

.....Cargo/Função.....

(carimbo e assinatura do licitante

Obs.: 1) Assinalar com um "X" a condição da empresa.



ANEXO VIII

MINUTA DE DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

USAR PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE

À PREFEITURA MUNICIPAL DE MORPARÁ-BA
AV. Rui Barbosa 420, Centro
Morpará-BA

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO N.º _____/2022.

Processo Administrativo n.º _____/2022.

Tipo: Menor Preço Por Lote

Objeto: O Registro de preços para eventual e futuro fornecimento de equipamentos hospitalares, odontológicos, móveis e eletrodomésticos diversos, a fim de atender as demandas do Fundo Municipal de Saúde, deste Município de Morpará-Bahia.

A Empresa _____ (razão social) _____ inscrita no CNPJ n.º _____, sediada _____ (endereço completo) _____ por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____ cumprindo o Art. 4.º, VII da Lei Federal 10.520/02, **DECLARA** que:

1. Tem pleno conhecimento do edital e total concordância com suas cláusulas;
2. Todas as afirmações, declarações, ações orais ou manuscritas são verdadeiras e compreende que se falsa for, estará sujeito as penalidades previstas no Art. 299 do Código Penal Brasileiro;
3. Todos os documentos, certidões, atos de qualquer espécie contidos dentro ou fora dos envelopes "1" e "2", são verdadeiros, e compreende que se falso for, estará sujeito as penalidades previstas no Art. 301 a 305 e 307 do Código Penal Brasileiro, sendo assegurado o contraditório e ampla defesa;
4. Os preços praticados foram calculados considerando todos os impostos, obrigações fiscais, taxas, contribuições, despesas e custos;
5. Não praticou em momento alguma ação prevista no Art. 95 da lei 8.666/93, neste certame;
6. Consta nos envelopes de Habilitação, todos os documentos válidos para cumprir os requeridos deste edital, todas as certidões negativas ou positivas com efeitos de negativas, salvo se Microempresário Individual (MEI), Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), apresenta certidão nos termos da lei complementar 123/06 e alterações posteriores;
7. Não possui nenhum vínculo com a Administração Pública, quer seja através de seus Administradores ou através de seus funcionários, conforme previsto no Artigo 9º da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993;
8. Não está impedida de licitar com o Município de Morpará – BA e, não existe qualquer fato impeditivo de sua participação no presente Processo Licitatório.

Por ser esta a expressão da verdade, firmamos o presente.

Local, _____ de _____ de 2022.

.....Pessoa Jurídica/Razão Social.....

CNPJ n.º.....

..... Representante Legal.....

.....Cargo/Função.....

(carimbo e assinatura do licitante)



ANEXO IX

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO- SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº:/2022 SRP

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **MUNICÍPIO DE MORPARÁ**, Estado da Bahia, denominado **ORGÃO GERENCIADOR**, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecido na Avenida Rui Barbosa, nº. 420, nesta cidade de Morpará-BA, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n.º. 13.798.574/0001-07, neste ato representado pelo Sr. **SIRLEY NOVAES BARRETO**, brasileiro, casado, servidor público, residente e domiciliado na Rua Pompeu Martins de Almeida, 16, Centro, cidade de Morpará-Ba, CEP 47.580.000, portador do CPF 004.795.715-89 e Cédula de Identidade 09.814.969-54-SSP-BA, na qualidade de Prefeito Municipal, e de outro lado, a(s) empresa (s),estabelecida na, n.º, CNPJ n.º....., neste ato representada pelo(a) Sr(a), portador da carteira de identidade RG n.º, inscrito no CPF sob o n.º, doravante denominada **DETENTORA**, nos termos do art. 15 da Lei Federal n.º 8.666/93, com as alterações nela inseridas pela Lei Federal n.º 8.883/94, Lei Federal n.º 10.520/2002, e demais normas legais aplicáveis e considerando o resultado da licitação modalidade PREGÃO ELETRONICO N.º/2022 SRP, PARA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO, conforme consta do processo administrativo próprio, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas às disposições da Lei n.º 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA I - DO OBJETO E DO VALOR

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, para futuras, conforme abaixo:

LOTE I – PINÇAS E MATERIAIS INOXIDÁVEIS

ITEM	DESCRIÇÃO	MED	QUANT	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

LOTE II – EQUIPAMENTOS HOSPITALARES

ITEM	DESCRIÇÃO	MED	QUANT	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

LOTE III – EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS

ITEM	DESCRIÇÃO	MED	QUANT	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

LOTE IV – MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS

ITEM	DESCRIÇÃO	MED	QUANT	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL



--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

1.2. Os produtos constantes nesta Ata de Registro de Preços poderão não ser solicitados pelo Município. Quando solicitados, serão entregues pela CONTRATADA acima identificada, mediante firmamento de contrato ou emissão e recebimento pela DETENTORA da NOTA DE EMPENHO (válida como ordem de fornecimento), de acordo com o disposto na presente Ata e no edital que a originou, podendo a fornecimento ser parcial ou total, de acordo com as necessidades do Município de Morpará, respeitadas as especificações e prazos para a entrega dos produtos.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 meses, contados a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogado, de acordo com a previsão legal.

2.2. Nos termos do art. 15, §4º da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal nº 8.883/94, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Morpará-Bahia, não será obrigado à contratação, exclusivamente por seu intermédio, dos produtos referidos na Cláusula I, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada Ordem de Fornecimento decorrentes desta Ata, serão observados, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão eletrônico Para Sistema de Registro de Preço nº/2022 SRP, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

2.4. O cancelamento do registro de preços ocorrerá nas hipóteses e condições estabelecidas abaixo:

- a) recusar-se a fornecer os produtos, no todo ou em parte, além de 30 dias corridos, após o prazo preestabelecido neste Edital;
- b) incorrer em atraso decorrente de não realização dos serviços solicitados de qualquer item adjudicado, em relação ao cronograma em vigor, ocorrido em qualquer de suas etapas relativas ao recebimento do produto, superior a 50% (cinquenta por cento) do prazo global;
- c) falir ou dissolver-se; ou
- d) transferir, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes deste Contrato;
- e) mostrar-se oneroso e inconveniente ao interesse público.

CLÁUSULA III - DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO

3.1. O Município de Morpará-Bahia, providenciará o pagamento à contratada até o quito dia útil Fiscal com o aceite pelo Setor Administrativo do Consórcio, licitante.

3.1.1. O pagamento estará condicionado à entrega total dos quantitativos solicitados nas Ordens de Fornecimento e à aprovação e conferência do material entregue pelo Setor Responsável solicitante.

3.2. Para pagamento, a empresa deverá apresentar ao Setor Responsável, a nota fiscal e/ou fatura do(s) produto(s) entregue(s) de acordo com o respectivo empenho, devendo ser emitida em nome do Município de Morpará-Bahia.

3.3. Além da nota fiscal e/ou fatura do(s) produto(s) entregue(s), a(s) empresa(s) deverá(ão) apresentar e manter atualizados (durante a validade do registro) os seguintes documentos:

3.3.1. prova de regularidade com o FGTS (CRF – Certificado de Regularidade de Situação, expedido pela Caixa Econômica Federal) dentro de seu período de validade;

3.3.2. Certidão Negativa relativo a débitos Trabalhistas (CNDT);

3.3.4. Certidão negativa, ou positiva com efeito Negativo, ou ainda de não contribuinte, expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado em que estiver localizada a sede da licitante, comprovando sua regularidade para com a Fazenda Estadual;

3.3.5. Certidão Conjunta Negativa ou Certidão Conjunta Positiva, com efeito Negativo de débitos relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal do Brasil, comprovando sua regularidade para com a Fazenda Federal

3.3.6. Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeito Negativo, expedida pelo Município, relativo ao domicílio ou a sede da licitante, comprovando sua regularidade para com a Fazenda Municipal;



- 3.5. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.
- 3.6. O CNPJ da Detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.
- 3.7. Nenhum pagamento será efetuado a Detentora da Ata enquanto pendente de liquidação de quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidades ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA IV – DO FORNECIMENTO DOS PRODUTOS E DO PRAZO

- 4.1. O prazo de entrega dos produtos ora licitados deverá ser realizada em no máximo 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento da Nota de Empenho/ordem de fornecimento emitidas pelo setor responsável.
- 4.2. A empresa fornecedora deverá constar na Nota Fiscal a data em que a entrega dos produtos foi feita, além da identificação de quem procedeu ao recebimento dos produtos.
- 4.2.1. A entrega será feita ao Município de Morpará-Bahia, nos endereços indicados no futuro contrato ou ordens de fornecimentos expedida pelo Município, a quem caberá conferi-lo e lavrar Termo de Recebimento Provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências do edital.
- 4.2.2. Além da entrega no local designado pelo Setor de Responsável, conforme subitem 4.2.1, deverá a licitante vencedora também descarregar e armazenar os materiais em local indicado por servidor, comprometendo-se, ainda, integralmente, com eventuais danos causados a estes.
- 4.3. Toda e qualquer entrega de materiais fora do estabelecido neste edital será imediatamente notificada à licitante vencedora que ficará obrigada a substituí-los, o que fará prontamente, ficando entendido que correrão por sua conta e risco tais substituições, sendo aplicadas também, as sanções previstas neste edital.
- 4.4. Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Secretaria solicitante não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.
- 4.5. Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 3 (três) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 3 (três) dias.
- 4.6. O Município de Morpará terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.
- 4.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA V – DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Do Município:

- 5.1.1. Atestar o efetivo recebimento definitivo do objeto licitado;
- 5.1.2. Aplica a PROMINENTE FORNECEDORA penalidades, quando for o caso;
- 5.1.3. Prestar a toda e qualquer informação a licitante vencedora, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato;
- 5.1.4. Efetuar o pagamento à contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no Departamento Responsável;
- 5.1.5. Notificar, por escrito à Contratada da aplicação, de qualquer sanção;

5.2. Da Detentora:

- 5.2.1. Arcar com todas as despesas relativas ao objeto contratado deste edital, incluindo-se mão de obra e todos os tributos incidentes.
- 5.2.2. Indicar um preposto, com poderes para representar a empresa Contratada, em tudo o que se relacionar com o fornecimento.
- 5.2.3. Serão de inteira responsabilidade da empresa, os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou quaisquer outros decorrentes da execução deste contrato, isentando o Consórcio de qualquer responsabilidade no tocante a vínculo empregatício ou obrigações previdenciárias, no caso de reclamações trabalhistas, ações de responsabilidade civil e



penal, decorrentes dos serviços e de qualquer tipo de demanda.

5.2.4. Não será permitida a sub-contratação do todo, nem de parte do objeto do presente Contrato, sem prévia anuência da Contratada.

5.2.5. Efetuar o fornecimento indicado na ordem de compra até o máximo cinco dias úteis, após o recebimento desta.

5.2.6. Fornecer o objeto desta licitação nas especificações contidas neste edital;

5.2.7. A empresa assume o compromisso formal de executar todas as tarefas, objeto da presente ata, com perfeição e acuidade.

5.2.8. Deverá a empresa manter atualizados os pagamentos decorrentes da contratação (quando ocorrer), como salário de empregados e quaisquer outros, ficando a cargo da mesma a responsabilidade por quaisquer acidentes que possam vir a ser vítimas seus empregados, quando em serviço, e por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhe asseguram.

5.2.9. A empresa será responsável por quaisquer danos materiais e/ou pessoais causados ao Município, ou a terceiros, provocados por seus empregados, ainda que por omissão involuntária, devendo ser adotadas, dentro de 48 horas, as providências necessárias para o ressarcimento.

5.2.10. Deverão ser prestados pela empresa, todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Consórcio, e cujas reclamações se obriga a atender prontamente.

5.2.11. Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação.

CLÁUSULA VI – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO

6.1. Os contratos de aquisição decorrente da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela emissão e retirados da Nota de Empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de Nota de Empenho.

6.4. Toda e qualquer entrega de material fora do estabelecido neste edital, será imediatamente notificada à(s) licitante(s) vencedora(s) que ficará(ão) obrigada(s) a substituir os materiais, o que fará(ão) prontamente, num prazo máximo de três dias, ficando entendido que correrão por sua conta e risco tais substituições, sendo aplicadas também às sanções cabíveis.

6.5. O objeto desta licitação será recebido e fiscalizado pelas respectivas Unidades Contratantes, consoante o disposto no artigo 73, inciso II, alínea “a”, da Lei Federal nº. 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº. 8.883/94 e seguintes, e demais normas pertinentes.

CLÁUSULA VII – DAS PENALIDADES

7.1. Ao CONTRATADO que incidir nas hipóteses abaixo relacionadas serão aplicadas as seguintes sanções, graduadas conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, após o prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório:

7.1.1. Advertência sempre que forem constatadas infrações leves.

7.1.2. Multa por atraso imotivado da execução do serviço, nos prazos abaixo definidos:

a) 0,20% (vinte décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso no prazo contratual, ou nos prazos parciais das Ordens de Serviços, limitadas a 20% do valor da fatura;

b) 0,20% (vinte décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso no prazo estabelecido e notificado por escrito pela Fiscalização para o cumprimento de determinações, na primeira vez, limitadas a 20% do valor da fatura;

c) 0,40% (quarenta décimos por cento) do valor deste contrato, por dia de atraso no prazo estabelecido e notificado por escrito pela Fiscalização para o cumprimento de determinações, nas reincidências, limitadas a 20% do valor da fatura.

7.1.2.1. A multa dobrará a cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% do valor atualizado do contrato, sem prejuízos da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual;

7.1.3. Suspensão com prazo máximo de 02 (dois) anos, conforme definidos abaixo:

a) de até 03 (três) meses quando incidir 02 (duas) vezes em atraso, por mais de 15 (quinze) dias;

b) de até 02 (dois) anos quando praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos do contrato, no âmbito da Administração Pública Municipal.



7.1.4. Suspensão de até 02 (dois) anos e multa sobre o valor do contrato, a depender do prejuízo causado à Administração Pública Municipal, quando:

- a) não atender às especificações técnicas e os quantitativos estabelecidos no contrato: multa de 10% a 20%;
- b) Deixar de fornecer, sem justa causa e prévia comunicação à Administração: multa de 10% a 20%;
- c) prestar serviço ou fornecer em desacordo com os projetos básicos, executivos e termos de referência, que apresente insegurança no desenvolvimento das atividades ou que comprometa a segurança das pessoas: multa de 10% a 20%;
- d) descumprir obrigações relativas à relação de trabalho com seus empregados e prepostos, quanto a verbas previstas e orçadas nas planilhas que compõem a proposta contratada, especialmente o atraso de pagamento de salário, 13º salário, férias acrescidas de 1/3, atraso ou não fornecimento de vale transporte, vales-refeição ou auxílio alimentação, constantes das respectivas planilhas de preços: multa de até 10%, nos casos pertinentes.

7.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública quando o licitante incorrer por duas vezes nas suspensões elencadas no subitem 7.1.3 e 7.1.4.

7.2. A suspensão temporária do fornecedor cujo contrato com a Administração Pública esteja em vigor, impedirá o mesmo de participar de outras licitações e contratações no âmbito do Consórcio até o cumprimento da penalidade que lhe foi imposta.

7.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da penalidade aplicada.

7.4. As multas aplicadas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias ou serão deduzidas do valor correspondente ao valor da execução, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério do Município de Morpará.

7.5. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades, a depender do grau da infração cometida pelo contratado e dos prejuízos causados à Administração Pública, não impedindo que a Administração rescinda unilateralmente o contrato.

7.6. As sanções previstas na Cláusula Décima deste Contrato são de competência exclusiva da Gestão deste Município de Morpará, permitida a delegação para a sanção prevista no sub-ítem 7.1.1, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias da abertura de vistas.

7.7. Os danos e prejuízos serão ressarcidos à contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, contado da notificação administrativa à Contratada, sob pena de multa.

CLÁUSULA VIII – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços que vierem a constar da Autorização de Fornecimento/Serviços (ou instrumento equivalente) poderão ser revistos, quando provocado por escrito de ambas as partes, nos termos da legislação em vigor, conforme Art. 65, letra “d”, da Lei Nº 8.666, de 21/6/1993 e legislação subsequente.

8.2. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticadas no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

8.3. A Administração poderá, na vigência do registro, solicitar a redução dos preços registrados, garantida a prévia defesa da Detentora da Ata, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando as alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da assinatura da Ata pelas partes interessadas.

8.4. O preço, quando atualizado, não poderá ser superior ao praticado no mercado.

CLÁUSULA IX – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela Administração, quando:

9.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes da Ata;

9.1.2. A detentora não retirar qualquer Nota de Empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;



- 9.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração, observada a legislação em vigor;
- 9.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração, com observância das disposições legais;
- 9.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticadas no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;
- 9.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.
- 9.2. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência ou por publicação no Diário Oficial do Consórcio, por 2 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.
- 9.3. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal nº 8.883/94.
- 9.3.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VII, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA X – DAS UNIDADES REQUISITANTES

- 10.1. O objeto desta Ata de Registro de Preços poderá ser requisitado pelos órgãos desta Administração que pretendam aderir ao registro, através do Setor de Responsável.

CLAUSULA XI – DAS COMUNICAÇÕES

- 11.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA XII - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

- 12.1. Os recursos orçamentários para cobrir as futuras despesas decorrentes desta Ata de Registro de Preços, serão alocados quando da emissão das Notas de Empenho.

CLAUSULA XIII - DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO:

- 13.1 . A presente Ata de Registro de Preços reger-se-á conforme o Edital da licitação modalidade Pregão Eletrônico Para Sistema de Registro de Preço Nº/2022, Tipo Menor Preço

CLÁUSULA XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 14.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Eletrônico Para Sistema de Registro de Preço nº/2022 e proposta da empresa, classificada em 1º lugar no certame supra numerado.
- 14.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal nº 8.883/94 e demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA XV – DO FORO

- 15.1. As parte elegem o foro da Comarca de Ibotirama – BA, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata.
- E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença de duas testemunhas abaixo.

Morpará -BA, _____ de _____ de 2022.

MUNICÍPIO DE MORPARÁ
Sirley Novaes Barreto

Prefeito Municipal
CONTRATADO



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORPARÁ
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.
Av. Rui Barbosa - 420 Centro, CEP: 47580-000 Morpará-Bahia
Fone: (77) 3663-2168 CNPJ 13.798.574/0001-07



(Nome da Empresa, CNPJ, Representante Legal)

PROCURADORIA/ASSESSORIA JURÍDICA

Município de Morpará

(Nome do(a) Responsável)

OAB/UF/n.

Testemunhas:

1) _____

RG:

CPF:

2) _____

RG:

CPF



ANEXO X

MINUTA DE CONTRATO Nº / 2022

O **MUNICÍPIO DE MORPARÁ**, Estado da Bahia, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecido na Avenida Rui Barbosa, nº. 420, nesta cidade de Morpará-BA, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº. 13.798.574/0001-07, neste ato representado pelo Sr. Sirley Novaes Barreto, brasileiro, casado, servidor público, residente e domiciliado na Rua Pompeu Martins de Almeida, 16, Centro, cidade de Morpará-Ba, CEP 47.580.000, portador do CPF 004.795.715-89 e Cédula de Identidade 09.814.969-54-SSP-BA, na qualidade de Prefeito Municipal, e de outro lado, como Contratado, _____ CNPJ _____, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua _____, nº. _____, Bairro _____, CEP _____, na cidade de _____, neste ato representada pelo Sr. _____, brasileiro, *solteiro/casado*, empresário, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____ Bairro _____, CEP _____, na cidade de _____, portador da Cédula de Identidade _____ e CPF _____, conforme _____ em continuidade e conforme autorização constante no Processo Licitatório Pregão Eletrônico nº. 001/2022, originado do Processo Administrativo nº. 006/2022, tendo como objeto o Registro de preços para eventual e futuro fornecimento de equipamentos hospitalares, odontológicos, móveis e eletrodomésticos diversos, a fim de atender as demandas do Fundo Municipal de Saúde, deste Município de Morpará-Bahia, conforme Termo de Referência neste Edital e, conforme condições previstas no respectivo Edital e também conforme Proposta de Preços, tudo em conformidade com a Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, têm justo e acordado o presente Contrato, que se regerá pelas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O OBJETO: O Registro de preços para eventual e futuro fornecimento de equipamentos hospitalares, odontológicos, móveis e eletrodomésticos diversos, a fim de atender as demandas do Fundo Municipal de Saúde, deste Município de Morpará-Bahia, conforme condições previstas no respectivo Edital e também conforme Proposta de Preços, tudo em conformidade com a Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, de acordo com as especificações abaixo:

LOTE I – PINÇAS E MATERIAIS INOXIDÁVEIS

ITEM	DESCRIÇÃO	MED	QUANT	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

LOTE II – EQUIPAMENTOS HOSPITALARES

ITEM	DESCRIÇÃO	MED	QUANT	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

LOTE III – EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS

ITEM	DESCRIÇÃO	MED	QUANT	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL



LOTE IV – MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS

ITEM	DESCRIÇÃO	MED	QUANT	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da contratada, não se responsabilizando o contratante por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.

1.2. A contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade licitada para cada item registrado. As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

CLÁUSULA SEGUNDA – CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO/ENTREGA – Os equipamentos hospitalares e odontológicos deverão ser entregues no Município de Morpará-Bahia, na Secretaria Municipal de Saúde, situada na Avenida Rui Barbosa, nº 553, Centro de Morpará-Bahia, ou em outro local na cidade supracitada, determinado pela Gestão do Fundo Municipal de Saúde – FMS, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 14:00 horas às 17:00 horas, em dias úteis.

2.1 – Os produtos deverão ser armazenados cautelosamente para o transporte garantindo a integridade do produto dentro do período de validade.

2.1 - O fornecedor sujeitar-se-á à fiscalização do produto no ato da entrega, reservando-se à Prefeitura Municipal de Morpará o direito de não proceder ao recebimento, caso não encontre os mesmos dentro da descrição exigida;

2.3 – O transporte e descarga dos produtos no local designado correrão por conta exclusiva da empresa Contratada, sem qualquer custo adicional solicitado posteriormente;

2.4 - No ato da entrega, caso o produto seja recusado, o mesmo será devolvido e a Empresa terá, no máximo, 48 horas para executar uma nova entrega;

2.5 - A contratada se compromete a entregar os produtos, no Município de Morpará-Bahia, conforme item 4, deste Termo de Referência, mediante a competente autorização de entrega e faturamento.

2.6 - O recebimento e a conferência serão efetuados por servidor indicado pela CONTRATANTE, nos termos do artigo 73, inciso II, da Lei Federal nº 8666/93, atualizada pela Lei Federal nº 8883/94. Poderá a CONTRATANTE recusar os produtos que não satisfaçam as especificações ou apresentem qualquer vício comunicado o fato ao fornecedor e glosando o correspondente valor.

2.7 – A CONTRATADA deverá comprovar, no momento da entrega do material, a identidade e a qualidade de cada item descritos nos lotes.

2.8 – Todos os materiais deverão atender, rigorosamente, as especificações constantes da proposta. A entrega fora das especificações implicará na recusa por parte da CONTRATANTE, que os colocará à disposição da CONTRATADA para substituição, às suas expensas, no prazo de 05 (cinco) dias corridos.

2.9 – Os equipamentos hospitalares e odontológicos, moveis e eletrodomésticos, deverão ser embalados e alocados no transporte de carga, com armazenamento devido que garanta a integridade do produto durante o percurso até a Entrega efetiva;

2.10 - O fornecedor sujeitar-se-á à fiscalização do produto no ato da entrega, reservando-se à Secretaria de Saúde e ao Fundo Municipal de Saúde o direito de não proceder ao recebimento, caso não encontre os mesmos dentro da descrição



exigida;

2.11 - Os equipamentos hospitalares e odontológicos, móveis e eletrodomésticos deverão ser testados no ato da entrega e a aceitabilidade da entrega, dependerá do pleno funcionamento dos mesmos;

2.12 - Os equipamentos hospitalares e odontológicos, móveis e eletrodomésticos que necessitem de montagem, estas deverão ser efetivas pela contratada, sem nenhum custo adicional ao contratante;

2.13 – Na entrega deverá ser emitida a Nota Fiscal para pagamento com a quantidade dos produtos entregues;

2.14 – A entrega fica condicionada a aceitação por parte do fiscal designado para receber, conferir e aceitar o produto;

2.15 – Os materiais deverão ser entregues acompanhados dos documentos fiscais respectivos, e deve conter, obrigatoriamente, a especificação do item, marca do fabricante e quantidade entregue;

2.16– Os produtos deverão transportados dentro das Normas Técnicas Brasileiras, originais intactos, apropriadas para armazenamento de forma a preservar a estrutura física e visual dos mobiliários;

2.17 – O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da possível imperfeita qualidade dos produtos;

2.18 – Os produtos serão fornecidos rigorosamente dentro das especificações. Verificando-se defeito (s) no(s) bem(ns), a contratada será notificada para saná-lo ou substituir, parcialmente ou na sua totalidade, a qualquer tempo;

2.19 – Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou descumprimento das condições pactuadas, no todo ou em parte, a tramitação da Nota Fiscal/Fatura será suspensa para que a CONTRATADA tome as providências necessárias à sua correção. Passará a ser considerada para efeito de pagamento a data de reapresentação do documento em questão, corrigido e atestado.

2.20 - O preço global a ser pago à CONTRATADA será fixo e irrevogável, incluindo todas as despesas tais como: as correspondentes à mão-de-obra, aquisição e transportes de materiais e equipamentos, tributos, emolumentos, seguros - inclusive contra acidentes de trabalho, encargos sociais e trabalhistas de qualquer natureza, para a entrega nesta cidade Morpará - Bahia.

2.21 - Não será aceita cobrança posterior de qualquer tributo ou semelhante adicional, salvo se alterado ou criado após a data de abertura deste processo e que venha expressamente a incidir sobre o objeto deste contrato, na forma da lei.

2.22 - Em nenhuma hipótese o CONTRATANTE pagará serviços adicionais executados pela CONTRATADA, que não tenham sido prévia e expressamente autorizados, através de termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA - As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta

UNIDADE:
02.14.000 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE-SESAU
02.15.000 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS
PROJETO / ATIVIDADE:
10.122.003.2055 Manter as Ações e Serviços da Secretaria Municipal de Saúde
10.301.003.1049 Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica em Saúde
10.302.003.1050 Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Especializada em Saúde
10.301.003.2056 Manter, Ampliar, Fortalecer e Apoiar as Ações Estratégicas da Aten Básica
10.303.003.2058 Manter, Ampliar, Fortalecer e Apoiar as Ações de Assistên Farmacêutica
10.305.003.2059 Desenvolvimento das Ações de Vigilância e Promoção da Saúde
10.302.003.2062 Gestão dos Serviços e Ações da Assist. Hospitalar e Ambulatorial
10.301.003.2066 Enfrentamento da Emergência Nacional de Saúde



ELEMENTO DE DESPESA:

4.4.9.0.52.00.00 Equipamentos e Material Permanente

FONTE:

6102, 0123 e 0215

CLAUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA - A vigência do presente Contrato será até a partir de sua assinatura ou até enquanto houver a necessidade dos serviços contratados e/ou fornecimento, prevalecendo, para todos os efeitos, o que ocorrer primeiro, podendo ser prorrogado mediante manifestação expressa das partes, na forma do Artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

4.1. Qualquer pedido de aditamento de prazo, no interesse do Contratado, somente será apreciado pelo Município de Morpará-Bahia, se manifestado expressamente pelo Contratado até 30 (trinta) dias antes do vencimento deste Contrato, devendo o documento ser protocolado junto ao Contratante até a data limite de que trata este item.

4.2. O Contratado se obriga a manter, durante toda a execução deste Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo administrativo.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO - O valor do presente contrato é de R\$(.....) a ser pago de acordo com a emissão da fatura.

Nos preços contratados já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de transporte, seguros, impostos, taxas de qualquer natureza e outros quaisquer que, direta ou indireta impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.

Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data de apresentação da proposta, ressalvados os casos previstos no Art. 65, II "d" da Lei 8.883/94.

5.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, respeitada a ordem cronológica de pagamentos por fonte de recursos, de acordo com o disposto no artigo 5º caput da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, contados da data do recebimento/aceite definitivo do objeto.

5.1.1. Para habilitar-se ao pagamento, a contratada deverá apresentar a fatura emitida em moeda corrente, de forma íntegra sem emendas ou rasuras com valor correspondente a Autorização de Faturamento/Pedido de Compra, acompanhada de:

- a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal e quanto à Dívida Ativa da União, admitida a certidão positiva com efeito de negativa ou outra equivalente na forma da lei;
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
- d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – Certificado de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e introduzido na habilitação a partir da Lei nº 12.440/2011.

5.1.2. A não apresentação de qualquer uma das certidões referenciadas no item anterior desta cláusula implicará no não pagamento da fatura/nota fiscal, ficando o pagamento condicionado a sua regularização; A apresentação da certidão é de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

5.1.3. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou descumprimento das condições pactuadas, no todo ou em parte, a tramitação da Nota Fiscal/Fatura será suspensa para que a CONTRATADA tome as providências necessárias à sua correção saneadora, condição que passará a ser considerada, para efeito de pagamento, a data de reapresentação do documento em questão, corrigido/saneado e com aceite. Neste, caso, não ocorrendo quaisquer ônus para o Contratante;

5.1.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

5.2. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplimento da parcela, é calculada mediante a aplicação de juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês *pro*



rata die, da data de vencimento da obrigação até a do efetivo pagamento.

5.3. Em conformidade com o art. 40 da Lei Federal nº 8.666/93, nas compras para entrega imediata, assim entendidas aquelas com prazo de entrega até trinta dias contados da data da celebração do ajuste, será dispensada a atualização financeira correspondente ao período compreendido entre as datas do adimplemento e a prevista para o pagamento, desde que não superior a quinze dias.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA, além das obrigações contidas por determinação legal, obriga-se a:

6.1 – Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos no contrato firmado e do edital da licitação, sujeitando-se às sanções estabelecidas neste contrato e na Lei Federal nº 8.666/93, bem como alterações posteriores e demais Legislação pertinente.

6.2 – Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízo que vier causar à contratante ou terceiros, tendo como agente a contratada, pessoas prepostos ou estranhos;

6.3 – Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrente do cumprimento das obrigações assumidas sem qualquer ônus à CONTRATANTE.

6.4 - Manter durante toda a execução do contrato as mesmas características e condições de habilitação e qualificação técnica apresentada durante o processo licitatório.

6.5 - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.6 – Arcar com despesas de logística, alimentação, hospedagem e outras que ocorrerem, durante a execução do objeto deste contrato.

6.7 – Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

6.8 – Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE.

6.9 – Relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

6.10 – Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

6.11 – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, como marcas dos produtos de acordo as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.12 – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

6.13 – Montar se necessário, os equipamentos, móveis e/ou eletrodomésticos, testar os mesmos, apresentando o pleno funcionamento no ato da entrega;

6.14 – Entregar no prazo estabelecido, mantendo proposta, características e marcas apresentadas no contrato, sem nenhum custo adicional para o contratante;

6.15 - Entregar os equipamentos hospitalares e odontológicos deverão ser entregues no Município de Morpará-Bahia, na Secretaria Municipal de Saúde, situada na Avenida Rui Barbosa, nº 553, Centro de Morpará-Bahia, ou em outro



local na cidade supracitada, determinado pela Gestão do Fundo Municipal de Saúde – FMS, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 14:00 horas as 17:00 horas, em dias úteis.

CLAUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

A contratante obriga-se a:

- 7.1 – Dar ciência à CONTRATADA de quaisquer modificações que venham a ocorrer neste contrato.
- 7.2 – Efetuar todos os pagamentos nas condições pactuadas.
- 7.3 – Verificar e aceitar as Notas Fiscais/Faturas emitidas pela CONTRATADA, recusando-as quando inexatas ou incorretas.
- 7.4 – Encaminhar a CONTRATADA as requisições de serviços e/ou fornecimento; publicar o resumo do contrato e adiamento que houver na imprensa oficial, conforme estipula § único do art. 61 da Lei n.º 8.666/93.
- 7.5 – Acompanhar e fiscalizar a boa execução contratual e aplicar as medidas corretivas necessárias, inclusive as penalidades contratuais e legalmente previstas, comunicando à CONTRATADA as ocorrências que, a seu critério, exijam medidas corretivas e prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos da CONTRATADA.
- 7.6 – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o instrumento contratual e as especificações constantes neste Termo de Referência;
- 7.7 – Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA para a execução dos serviços;
- 7.8 – Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidores especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 7.9 – Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 7.10 – Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das Normas estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital e seus anexos;
- 7.11 – Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA.
- 7.12 – Solicitar o reparo, a correção, a remoção, a substituição, alteração e/ou refazimento dos serviços não aprovados pela FISCALIZAÇÃO.
- 7.13 - Publicar o resumo do contrato e adiamento que houver na imprensa oficial, conforme estipula § único do art. 61 da Lei n.º 8.666/93.

8. CLÁUSULA OITAVA- CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 8.1 – O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos pela servidora: **Gilma Carneiro Ribeiro**, para o Cargo de Coordenadora Geral do Pronto Atendimento – COGEP, tel. (77) 3663-2422/2168, representantes das Secretarias Municipal de Administração e Secretaria de Educação, respectivamente, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 8.2 – O(s) representante(s) da Contratante deverá(ão) ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.



8.3 – A verificação da adequação do fornecimento deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência.

8.4 – A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto, devendo haver o redimensionamento no pagamento sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.5 – Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

8.6 – A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para o fornecimento com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

8.7 – O(s) fiscal(is) poderá(ão) realizar avaliação, no ato da entrega, diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

8.8 – O(s) fiscal(is), ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá(ão) comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.9 – O(s) representante(s) da Contratante deverá(ão) promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos artigos 68 e 69 da Lei 13.303 de 2016.

8.10 – O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 82,83 e 84 da Lei nº 13.303, de 2016.

8.11 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES - Constituem ilícitos administrativos as condutas previstas nos arts. 90, 92, 94, 95 e 96 da Lei Federal nº 8.666/93, sujeitando-se os infratores às cominações legais, especialmente as definidas no art. 87 do mesmo diploma, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

9.1. A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

a) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

b) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado;

c) 0,9% (nove décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

9.2. A multa a que se refere este item não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na lei.

9.3. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso, quando houver garantia.



- 9.4. Se o valor da multa exceder ao da garantia prestada, além da perda desta, a contratada responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.
- 9.5. Não tendo sido prestada garantia, à Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido à contratada o valor de qualquer multa porventura imposta.
- 9.6. As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.
- 9.7. Serão punidos com a pena de suspensão temporária do direito de cadastrar e licitar e impedimento de contratar com a Administração os que incorrerem nos ilícitos previstos no art. 7º. da Lei Federal nº 10.520/02 e art. 88, inciso I da Lei nº 8.666/93.
- 9.8. Serão punidos com a pena de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade competente para aplicar a punição, os que incorram nos ilícitos previstos nos incisos II e III do art. 88, art. 92 e Parágrafo Único, art. 93 e art. 96 da Lei nº 8.666/93.
- 9.9. Para a aplicação das penalidades previstas serão levados em conta a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos para a Administração Pública e a reincidência na prática do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA – OUTROS ENCARGOS E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO/INCIDÊNCIAS FISCAIS – Além dos encargos assumidos em outras cláusulas deste Contrato, o Contratado, sem alteração dos preços estipulados neste Contrato, obriga-se a:

- 10.1 – Assumir integral responsabilidade por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação tributária, trabalhista, securitária, previdenciária e quaisquer encargos que incidam sobre os materiais e equipamentos, os quais correrão por sua conta exclusivos;
- 10.2 – Manter, durante toda a vigência e execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumida, todas as condições exigidas na licitação e apresentadas na data da apresentação da Proposta, devendo comunicar imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.
- 10.2 – Pagar todos os tributos e encargos legais devidos em decorrência deste Contrato;
- 10.2.1 – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, após a assinatura deste Contrato, de comprovada repercussão nos preços contratados, ensejarão a revisão destes, para mais ou para menos, conforme o caso;
- 10.2.2 – Ficam excluídos da hipótese no item anterior, tributos ou encargos legais que, por sua natureza jurídico-tributária (impostos diretos e/ou pessoais) não reflitam diretamente nos preços do objeto contratual;
- 10.3 – Fornecer toda a mão de obra, sem qualquer vinculação empregatícia com o Município de Morpará-BA, bem como todos os materiais, equipamentos, inclusive os Equipamentos de Proteção Individual-EPI e os instrumentos necessários à execução dos serviços contratados, se for o caso;
- 10.4 - Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens da Contratante, ou ainda à terceiros, durante a execução dos serviços e/ou fornecimento.
- 10.5 - Entregar o objeto vinculado a este contrato, na sede da Cidade de Morpará – BA, mediante à requisição da Secretaria Municipal de Saúde no local indicado pela mesma.
- 10.6 – Comunicar à Contratante qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados.
- 10.7 – Registrar por meio de termo aditivo eventuais alterações que ocorrerem durante a execução do Contrato, especialmente as referentes a reajustes de preços.
- 10.8- Corrigir, alterar e/ou refazer no prazo definido pela Contratante os serviços e/ou fornecimento que, a juízo desta, não forem considerados satisfatórios, sem que a caiba qualquer acréscimo no preço contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO - A inexecução total ou parcial deste Contrato enseja sua rescisão, com as consequências contratuais, inclusive o reconhecimento dos direitos da Administração, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

11.1 A rescisão poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93;



b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicial, nos termos da legislação.

11.2. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO DANO MATERIAL OU PESSOAL – O Contratado será responsável por quaisquer danos, material ou pessoal, causado a terceiros ou ao Município de Morpará-BA, durante a execução dos serviços ou fornecimentos contratados ou em decorrência deles;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - COBRANÇA JUDICIAL - A importância devida pela CONTRATADA será cobrada através de processo de execução, constituindo este contrato, título executivo extrajudicial, ressalvada a cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- PUBLICAÇÃO – O Município de Morpará-BA providenciará a publicação do presente Contrato, em extrato, no Diário Oficial do Município de Morpará-BA, até o quinto dia do mês seguinte ao da assinatura, nos termos do Parágrafo Único do Artigo 61 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO – As partes elegem o Foro da Comarca de Ibotirama, Estado da Bahia, para dirimir questões decorrentes do presente Contrato, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo identificadas, que também o assinam, depois de lido e achado conforme.

Morpará -BA, _____ de _____ de 2022.

MUNICÍPIO DE MORPARÁ

Sirley Novaes Barreto
Prefeito Municipal

CONTRATADO

(Nome da Empresa, CNPJ, Representante Legal)

PROCURADORIA/ASSESSORIA JURÍDICA

Município de Morpará
(Nome do(a) Responsável
OAB/UF/n.º)

Testemunhas:

3) _____

RG:
CPF:

4) _____

RG:
CPF: